

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL EM
GESTÃO EDUCACIONAL**

NÍVEL MESTRADO

DÉBORA DE OLIVEIRA SEQUEIRA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE: ANÁLISE
ENTRE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
(1996/2023)**

**Porto Alegre
2025**

DÉBORA DE OLIVEIRA SEQUEIRA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE: ANÁLISE
ENTRE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
(1996/2023)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Fernando de Oliveira Santini

Porto Alegre
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

372
S479p Sequeira, Débora de Oliveira
Políticas educacionais para a distorção idade-série: análise entre municípios da região metropolitana de Porto Alegre (1996/2023). / Débora de Oliveira Sequeira. – Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2025.
88 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Fernando de Oliveira Santini

1. Políticas educacionais.
 2. Educação básica.
 3. Distorção idade-série.
 4. Correção de fluxo escolar.
 5. Região metropolitana de Porto Alegre.
 6. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED).
- I. Sequeira, Débora de Oliveira. II. Título.

DÉBORA DE OLIVEIRA SEQUEIRA

Políticas educacionais para distorção idade-série: análise entre municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (2096/2023)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador(a): Prof. Dr. Fernando de Oliveira Santini

Aprovada em: 21/05/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando de Oliveira Santini

Prof^a Dr^a Daianne Madalena Costa

Prof^a Dr^a Tatiane de Fátima Kowalski Martins

Porto Alegre

2025

**Dedico esta dissertação a todos que
me apoiaram e acreditaram que eu seria capaz.**

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

À Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), que investiu e oportunizou a qualificação profissional da assessoria técnica a fim de ampliar as ações para proporcionar uma educação de qualidade.

À UNISINOS e seus qualificados professores do Mestrado Profissional em Gestão Educacional (MPGE), que proporcionaram novas experiências e acreditaram no nosso potencial acadêmico, sempre estimulando e fomentando nosso conhecimento, em especial, ao Prof. Dr Fernando de Oliveira Santini, o qual tive a honra de ter como meu orientador e as professoras convidadas para a banca Prof^a Dr^a Daianne Madalena Costa e Prof^a Dr^a Tatiane de Fátima Kowalski Martins.

À minha família, por acreditar no meu potencial e por me acompanhar em todas as etapas do curso e, não raras vezes, por aceitar minha ausência.

O meu muito obrigada a todos!

Nós somos todos diferentes e a maneira como se reproduzem os seres vivos é programada para que o sejamos. É por isso que o homem teve a necessidade, um dia, de fabricar o conceito de igualdade. Se nós fossemos todos idênticos, como uma população de bactérias, a ideia de igualdade seria perfeitamente inútil (FREIRE, 2014 [1992], p. 135).

RESUMO

A presente pesquisa é sobre as políticas educacionais de distorção idade-série na Educação Básica, considerando a complexidade do tema e os desafios enfrentados pelas redes públicas de ensino, no período de 1996 até 2023, mediante análise entre Porto Alegre e três municípios da região Metropolitana: São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo. Envolve os seguintes objetivos: a) Apresentar políticas educacionais da Educação Básica, relacionadas à distorção idade-série; b) Apresentar o indicador da distorção idade-série da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo; c) Analisar os documentos das políticas educacionais relacionados com distorção idade-série nos diferentes municípios elencados; d) Analisar os documentos e os dados de distorção entre os municípios em questão; e) Elaborar uma proposta de política educacional para o município de Porto Alegre a partir da equiparação com as demais cidades. Nesse sentido, o referencial teórico compreende a discussão de política educacional e distorção idade-série que foram os assuntos centrais deste estudo. A metodologia qualitativa, descriptiva e exploratória foi desenvolvida com base em levantamento e análise documental, através de revisão de documentos, pesquisas acadêmicas, levantamento bibliográfico e plataformas oficiais que trazem as taxas de distorção idade-série. A cidade de São Leopoldo apresenta o Documento Normativo de Aceleração (2021/2024), que traz as diretrizes do processo de aceleração dentro de classificação por faixa etária. A cidade de Canoas tem como base a adesão ao programa de Aceleração RS – Anos finais, iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Já a cidade de Novo Hamburgo, com um Programa de aceleração das aprendizagens (2022-2024 [Novo Hamburgo, 2022]), dá as diretrizes do processo de aceleração dentro de reclassificação por faixa etária. Como principal indicador, pode ser destacada a política educacional elaborada pela Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, com o Programa de correção de fluxo escolar (2021-2024) por ampla oferta de atendimento aos estudantes em distorção idade-série através de turmas de aceleração e plano de ação individualizado. O Programa envolveu recursos humanos e financeiros da própria Secretaria, tendo resultados positivos em seus indicadores educacionais no período de 2022 e 2023. Contudo, reverberou a fragilidade da continuidade com o mesmo modelo de política educacional, com as trocas de Secretários de Educação e Coordenação Pedagógica. Mediante aos resultados encontrados, percebeu-se que a Rede de Porto Alegre ainda precisa melhorar os índices das taxas de distorção idade-série, pois encontra-se abaixo da média nacional e estadual. Com base nas informações, é apresentada como proposta de intervenção tornar o Programa de Aceleração em política pública de educação, buscando elaborar um documento orientador; validá-lo mediante ao Conselho Municipal de Educação; contemplá-lo no Plano Político Pedagógico e no Regimento Escolar.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Educação Básica. Distorção idade-série. Correção de fluxo escolar.

RESUMEN

Esta investigación trata sobre políticas educativas para la distorsión de la edad en la Educación Básica, considerando la complejidad del tema y los desafíos enfrentados por los sistemas públicos de educación, de 1996 a 2023, a través de un análisis entre Porto Alegre y tres municipios de la Región Metropolitana: São Leopoldo, Canoas y Novo Hamburgo. Y comprende los siguientes objetivos: a) Presentar políticas educativas de Educación Básica, relacionadas con la distorsión de la edad; b) Presentar el indicador de distorsión de la edad de la Red Municipal de Educación de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas y Novo Hamburgo; c) Analizar los documentos de políticas educativas relacionadas con la distorsión de la edad en los diferentes municipios listados; d) Analizar los documentos y datos de distorsión entre los municipios en cuestión; e) Elaborar una propuesta de política educativa para el municipio de Porto Alegre basada en la comparación con otras ciudades. En este sentido, el marco teórico incluye la discusión de la política educativa y la distorsión de la edad que fueron los temas centrales de este estudio. La metodología cualitativa, descriptiva y exploratoria se desarrolló con base en una encuesta y análisis documental, a través de revisión de documentos, investigación académica, levantamiento bibliográfico y plataformas oficiales que brindan índices de distorsión de series de edad. La ciudad de São Leopoldo presenta el Documento Normativo de Aceleración (2021/2024), que proporciona directrices para el proceso de aceleración dentro de la clasificación por grupo de edad. En la ciudad de Canoas, este documento se basa en la adhesión al Programa de Aceleración de RS - Años Finales, una iniciativa del Gobierno del Estado de Rio Grande do Sul. La ciudad de Novo Hamburgo, con un Programa de Aceleración del Aprendizaje (2022-2024), proporciona directrices para el proceso de aceleración dentro de la reclasificación por grupo de edad. El principal indicador es la política educativa desarrollada por la Red Municipal de Educación de Porto Alegre, con el Programa de Corrección del Flujo Escolar (2021-2024) para una amplia gama de servicios a estudiantes con distorsión de edad-grado a través de clases de aceleración y un plan de acción individualizado. El Programa involucró recursos humanos y financieros de la propia Secretaría, con resultados positivos en sus indicadores educativos en el período 2022 y 2023. Sin embargo, reflejó la fragilidad de la continuidad con el mismo modelo de política educativa, con los cambios de Secretarías de Educación y Coordinación Pedagógica. Con base en los resultados encontrados, se observó que la Red de Porto Alegre aún necesita mejorar los índices de distorsión de edad-grado, ya que están por debajo del promedio nacional y estatal. Con base en la información, se presenta una propuesta de intervención para convertir el Programa de Aceleración en una política educativa pública que busca desarrollar un documento rector; validarla a través del Consejo Municipal de Educación; e incluirlo en el Plan Político Pedagógico y el Reglamento Escolar.

Palabras clave: Políticas educativas. Educación Básica. Distorsión según la edad. Corrección del flujo escolar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Progressão automática devido ao período pandêmico de 2021	21
Figura 2 – Possibilidade de reprovação em 2022	21
Figura 3 – Vista panorâmica de Porto Alegre.....	32
Figura 4 – Produção textual de alunos de turmas de correção de fluxo escolar de Porto Alegre (EMEF Saint Hilaire [2022] e EMEF Monte Cristo [2023]) e atividades diferenciadas	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Aproveitamento do programa de correção de fluxo escolar no ano de 2023	60
Gráfico 2 – Aproveitamento da progressão dos alunos para o ensino médio ao final do ano de 2023	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estruturas mínimas das políticas educacionais relacionadas à distorção	70
Quadro 2 – Cronograma de intervenção	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária regular/Distorção idade-série	27
Tabela 2 – Linha da taxa de distorção idade-série do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre (2019 a 2023)	53
Tabela 3 – Matrículas e da taxa de distorção idade-série de Porto Alegre de 1998 a 2023	56
Tabela 4 – Linha da taxa de distorção idade-série de São Leopoldo de 2019 a 2023	63
Tabela 5 – Linha da taxa de distorção idade-série de Canoas de 2019 a 2023	64
Tabela 6 – Linha da taxa de distorção idade-série de Novo Hamburgo de 2019 a 2023	66

LISTA DE SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional de Alfabetização
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica
Anresc	Avaliação Nacional de Rendimento Escolar
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Correção de Fluxo Escolar
CME	Conselho Municipal de Educação
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
EMEF	Escola Municipal de Ensino fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
POA	Porto Alegre
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Plano Político Pedagógico
PROMETA	Programa de Metas do governo municipal
QEDU	Plataforma de dados sobre educação
REDE	Rede de educação
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
RME	Rede Municipal de Educação
RS	Rio Grande do Sul
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SMED Secretaria Municipal de Educação

SIR Sala de Integração e Recurso

UNICEF Fundo da Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVO.....	18
1.1.1 Objetivo Geral.....	18
1.1.2 Objetivos Específicos	19
2 ÍNDICES E CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA TEMÁTICA	20
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
3.1 CONCEITUAÇÃO DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR	26
3.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS VINCULADAS À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR.....	28
3.3 POLÍTICAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO PERÍODO DE 1996 A 2023 NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS	31
3.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR	38
3.4.1 Desafios da distorção idade-série e correção de fluxo escolar	38
3.4.2 Oportunidades da distorção idade-série e correção de fluxo escolar.....	44
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
4.1 ABORDAGEM E NATUREZA DA PESQUISA	48
4.2 COLETA DE DADOS	50
4.2.1 Análise Documental	50
4.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS	51
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	52
5.1 INSTRUMENTOS ANALISADOS	52
5.1.1 Linha da taxa de distorção idade-série do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre (2019 a 2023)	53
5.1.2 Análise documental de Porto Alegre	55
5.1.3 Análise documental de São Leopoldo.....	62

5.1.4 Análise documental de Canoas	64
5.1.5 Análise documental de Novo Hamburgo.....	65
6 PARECER SOBRE A ANÁLISE DOCUMENTAL DOS MUNICÍPIOS	68
7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	73
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as políticas educacionais e a distorção idade-série, considerando a complexidade do tema e os desafios enfrentados pelas redes públicas de ensino, no período de 1996 até 2023. Nesse sentido, discute-se as políticas envolvidas na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e de mais três cidades da Região Metropolitana: São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo no que se refere à questão da distorção idade-série no sistema educacional. O período histórico que foi delimitado para a pesquisa inicia no ano de 1996, ano de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9396/96 (LDBEN), até o ano de 2023, pois oferece a atualidade das políticas propostas pelo governo municipal até a última alteração do período de governança. O ano de 2023 foi escolhido para o recorte temporal devido a possibilidade de análise do último censo escolar liberado com os dados de distorção idade-série das escolas municipais envolvidas.

A questão-problema alinhar-se-á à pesquisa através da seguinte reflexão: Como se desenvolveram as políticas educacionais relacionadas à distorção idade-série no ensino público municipal de Porto Alegre a partir da promulgação da Lei 9396/96 – LDBEN?

Para obter a resolução do questionamento acima, o objetivo geral é analisar os instrumentos normativos das políticas educacionais aplicadas ao público em distorção idade-série da Educação Básica, a partir das oportunidades das políticas educacionais ofertadas no âmbito nacional, estadual e municipal, considerando a complexidade do tema e os desafios enfrentados pelas redes públicas de ensino na cidade de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo. Com relação aos objetivos específicos, temos a divisão em: a) Apresentar políticas educacionais da Educação Básica, relacionadas à distorção idade-série; b) Apresentar o indicador da distorção idade-série da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo; c) Analisar os documentos das políticas educacionais relacionados com distorção idade-série nos diferentes municípios elencados; d) Analisar os documentos e os dados de distorção entre os municípios em questão; e) Elaborar uma proposta de política educacional para o município de Porto Alegre a partir da equiparação com as demais cidades. No início dos anos 2000, segundo Travi (2009), as redes de ensino apresentavam algumas dificuldades para atender as demandas

da sociedade. Essas dificuldades permeavam a forma de processo de exclusão, o que se tornou um desafio constante. Ribeiro (2000) já trazia a necessidade de mais qualificação e constante formação e informação dos educadores, uma vez que a dinâmica da sociedade requer transformações para contribuir com redução dessas dificuldades. Recentemente, Nóvoa (2023) trata sobre as tendências, muito opostas, de pensar a crise atual da escola e o seu futuro presente. Levando em conta o distanciamento temporal entre os autores, é possível estabelecer que, independentemente da linha tempo, a escola requer movimento e transformação que acompanhe a evolução dos tempos.

Em traço de temporalidade, Ribeiro (1991) trouxe que a repetência passou a ser dada como um processo natural na escola brasileira, com isso, sendo vista como um problema multiplicador de novas reprovações, levando ao fracasso escolar. Semelhante ao pensar, Dessen e Polonia (2007) na pesquisa da Família e a escola como contexto de desenvolvimento humano referindo-se a Marques (2002), no que tange o estudo que demonstra a educação que se desenvolveu com base em que a repetência e aprovação sem aquisição de conhecimento significativo podem ser entendidas como sendo um problema do sistema escolar. E, mais na atualidade, teremos Dos Anjos e Miguel (2020) que ratificam sobre a negatividade da repetência escolar, que é um dos maiores motivos que leva o jovem a abandonar os estudos, por se sentirem constrangidos e pela cobrança familiar. Nesse sentido, trago para uma reflexão Sposati (1999) quando se refere que garantir acesso a todos nem sempre garante que todos os alunos tenham acesso às habilidades e competências nas atividades desenvolvidas necessárias em cada ano escolar.

Reiterando essas questões, Portella *et al.* (2017), em uma pesquisa entre a relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro nos trouxeram que os motivos para a existência de defasagem idade-série são a reprovação, quando o aluno precisa repetir a série em questão; o abandono escolar, quando o aluno deixa de frequentar a escola por um período; ou, por fim, algumas situações de matrícula tardia do aluno na escola, fato que teve significativa redução com a Lei 12.796/2013 que é a obrigatoriedade escolar a partir dos 4 anos.

É importante destacar que dentro do período de análise de dados, teve o período pandêmico, restrições sociais impostas pelo vírus Covid-19¹ 2020 e 2021, momento em que não houve reaprovação escolar, de acordo com as orientações do Parecer do Conselho Municipal de Educação (CME/POA) n.º 13/2020, refletindo alterações nos dados de distorção deste período especificamente.

Assim sendo, através da proposta metodológica de análise documental foram obtidas as informações por meio de documentos normativos do Ministério da Educação, a partir da instituição da LDBEN 9394/96 e, em paralelo, análise de portarias, leis, pareceres, ofícios, normativas e programas próprios dos municípios que se referem à questão da distorção idade-série e à correção de fluxo escolar, até as alterações atuais correspondentes, que foram encaminhadas para 2024. Além da pesquisa documental do material disponibilizado, um fator relevante e facilitador é a função na qual exercia como Coordenadora técnica pedagógica do Programa de Correção de Fluxo Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre desde 2022, fato que estabelece meus motivos pessoais em relação com o tema escolhido para a pesquisa.

Sendo assim, em alguns momentos da pesquisa serão apresentadas escritas relacionadas à vivência na assessoria pedagógica relacionada com a distorção idade-série no município de Porto Alegre, e, em outros, com a pesquisadora acadêmica.

1.1 OBJETIVO

1.1.1 Objetivo Geral

Analizar os instrumentos normativos das políticas educacionais aplicadas ao público em distorção idade-série da Educação Básica, a partir das oportunidades das políticas educacionais ofertadas no âmbito nacional, estadual e municipal, considerando a complexidade do tema e os desafios enfrentados pelas redes públicas de ensino de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo.

¹ COVID significa Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados, publicamente, pelo governo chinês no final de dezembro.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar políticas educacionais da Educação Básica, relacionadas à distorção idade-série;
- b) Apresentar o indicador da distorção idade-série da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo;
- c) Analisar os documentos das políticas educacionais relacionados com distorção idade-série nos diferentes municípios elencados;
- d) Analisar os documentos e os dados de distorção entre os municípios em questão;
- e) Elaborar uma proposta de intervenção de política educacional para o município de Porto Alegre a partir da equiparação com as demais cidades.

Portanto, a escrita do texto se organiza em oito capítulos. Depois da introdução, serão apresentados os índices e contextualização sobre a temática. O terceiro capítulo traz o referencial teórico sobre políticas educacionais, no âmbito nacional, estadual e municipal, relacionando-as com a distorção idade-série, foco deste estudo. O capítulo seguinte, procedimentos metodológicos, trata sobre a abordagem e a natureza da pesquisa, bem como sobre a forma de coleta de dados. O quinto capítulo, trata sobre análise e interpretação dos dados da pesquisa, momento em que serão apresentados os instrumentos analisados sobre os dados das quatro cidades e seus diferentes resultados em relação à distorção idade-série. O sexto capítulo, é o parecer sobre a análise dos dados dos municípios. No penúltimo capítulo, é a proposta de intervenção, oportunidade de apresentar uma estrutura que possa contribuir para a diminuição da distorção de idade-série no município de Porto Alegre. No oitavo e último capítulo, trata das considerações finais.

2 ÍNDICES E CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA TEMÁTICA

Nos últimos anos, devido ao período de pandemia de Covid-19 (2020 e 2021), a aprovação dos alunos foi de forma automática, seguindo as orientações do Parecer do Conselho Municipal de Educação (CME/POA) n.º 13/2020. Alguns princípios foram considerados como balizadores para a ampliação da validação da carga horária remota do ano letivo desse período.

Dentre as normas do parecer do CME/POA 2020, foi expedida flexibilização do número de dias letivos obrigatórios, bem como admitiu-se atividades remotas para o cômputo da carga horária, o que se apresentou como um enorme desafio, dada a falta de condições para viabilização do ensino a distância nas escolas municipais da Rede de Porto Alegre, tais como: acesso à internet, equipamentos e apoio aos alunos na realização das atividades. Devido a tais fatos, houve uma mobilização no desenvolvimento de estratégias de acompanhamento e manutenção do vínculo e as atividades escolares perante a impossibilidade dos encontros presenciais. A utilização de recursos tecnológicos foi uma das adotadas.

Durante o retorno à normalidade ao longo de 2022, pós-pandemia de Covid-19, voltaram a ocorrer as reprovações conforme indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022). Com isso, volta a ser gerada distorção idade-série que estava estabilizada ou até mesmo reduzida pela progressão continuada dos anos anteriores (2020 e 2021). Como exemplo deste fato, temos o censo escolar dos anos finais do ensino fundamental: em 2021 a taxa de distorção era de 46,3% e em 2022 a taxa reduziu para 39,9%, queda que pode estar atribuída a progressão automática e a saída de alunos para o ensino médio.

Conforme seguem as Taxas de rendimento da proporção de alunos com reprovação ou abandono, delimitando as etapas do ano de 2021 (escolas municipais/perímetro urbano), segundo indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2021 e 2022, dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental das escolas municipais de Porto Alegre:

Figura 1 – Progressão automática devido ao período pandêmico de 2021

Taxas de rendimento por etapa escolar

2021 Municipal Urbana

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	0% sem dados	1,9% sem dados	98,1% sem dados
Anos finais	0% sem dados	2,7% sem dados	97,3% sem dados

Fonte: Recorte da plataforma QEdu baseado nos dados do INEP (2022).

Figura 2 – Possibilidade de reprovação em 2022

Taxas de rendimento por etapa escolar

2022 Municipal Urbana

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	7,7% sem dados	1% sem dados	91,3% sem dados
Anos finais	10,2% sem dados	2,5% sem dados	87,3% sem dados

Fonte: Recorte da plataforma QEdu baseado nos dados do INEP (2022).

Através dos indicadores acima, é possível identificar, na Tabela 1, que no ano de 2021 o índice de reprovação teve taxa 0%, o que não ocorre em 2022. Além disso, outro dado perceptível é o abandono de 2021 estar mais elevado do que em 2022. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Datafolha, em agosto de 2022, 4 milhões de alunos abandonaram a escola durante a pandemia. Possíveis causas: dificuldade do acesso remoto às aulas e problemas financeiros. Ainda, verifica-se que os alunos que lideraram a taxa de abandono pertenciam às classes D e E.

Considerando que durante o ano de 2020 poucas alternativas foram fornecidas pela administração pública para o acompanhamento pedagógico, segundo a Secretaria de Educação (SMED/POA), a maior parte das escolas criou as suas próprias estratégias, tendo-se como exemplo: distribuição de atividades nas casas dos

alunos, nas escolas, atividades por redes sociais, grupos de WhatsApp e até mesmo aulas síncronas por videoaula.

No mesmo período, ocorre a troca de governo municipal o qual estipula como meta de governo indicadores de desempenho e suas respectivas metas através da Lei Orgânica Municipal. Dispositivo esse que vincula a obrigatoriedade do novo prefeito em apresentar seu Programa de Metas (PROMETA)² após assumir o cargo. O PROMETA desenvolve, na atual gestão, 4 eixos onde constam 131 indicadores de desempenho e suas respectivas metas.

As metas da educação se vinculam ao eixo de desenvolvimento social e, em relação à distorção idade-série, sua finalidade é aumentar o percentual de atendimento de alunos dos Anos Finais (6º ao 9º ano) com distorção através do Programa de Correção de Fluxo Escolar próprio (PROMETA 66, Meta 2024 = 100% de atendimento). Além de, reduzir a Taxa de Distorção nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) (PROMETA 64, Meta 2024 em 10%) e reduzir a Taxa de Distorção nos Anos Finais (6º ao 9º ano) (PROMETA 65, Meta 2024 em 30%).

Para que fosse possível atingir essas metas, foi necessário a implementação do Programa de correção de fluxo escolar³ do município de Porto Alegre e toda a estrutura para o acompanhamento das estratégias pedagógicas através de reuniões sistemáticas nas escolas, chamadas de vídeo e encontro formativos com supervisores e professores das turmas de correção de fluxo. Nesse sentido, o programa foi desenvolvido em 2022 e 2023 e, para 2024, foi reestruturado a fim de contemplar o atendimento de 100% dos alunos em distorção idade-série de toda a rede educacional do município. As escolas tiveram a oportunidade de abrir turmas de atendimento diferenciado para esse público (como em 2022 e 2023) e/ou ter um plano de ação⁴ para aqueles alunos que permaneceram em turmas regulares em 2024.

² PROMETA - O Prometa teve origem em um projeto de emenda à Lei Orgânica do Município proposto pelo então vereador Sebastião Melo, aprovado pela Câmara Municipal em 2015. A iniciativa contribui para maior transparência e responsabilidade na gestão pública, pois determina a apresentação de um planejamento das ações do Executivo, fazendo a administração municipal se comprometer com resultados em benefício de quem recebe os serviços públicos (PROMETA..., 2021).

³ Programa de Correção de Fluxo Escolar da Rede Municipal de Porto Alegre tem por finalidade diminuir a defasagem idade/ano no Ensino Fundamental na rede pública municipal de Porto Alegre, a partir da recomposição das aprendizagens por meio de atividades específicas e direcionadas para estas lacunas.

⁴ Plano de Ação - é uma estratégia para o acompanhamento e possível progressão diante dos avanços de aprendizagem dos estudantes para as escolas que optaram por não abrir turmas de CF, seja por falta de espaço físico ou por número reduzido de alunos com distorção.

Estas estratégias foram reordenadas a fim de contemplar as metas de governo e obter um bom desempenho dos alunos para que ocorresse a progressão de dois anos com qualidade de aprendizagem. Porém, para que isso se efetivasse, foi necessário adaptação dos fazeres pedagógicos. Para Nóvoa e Alvim (2022), a pandemia serviu para demonstrar que o potencial de resposta está mais nos professores do que nas políticas ou nas instituições, além da flexibilidade do professor e da escola. Por isso, a reestruturação do saber fazer foi realizada de forma colaborativa tendo a participação de professores, supervisores e da assessoria da SMED/POA.

Nóvoa e Alvim (2022) trouxeram que é importante “proteger, transformar e valorizar” no que diz respeito a escola e aos professores e que, em alguns casos, vai para além da transformação, sendo necessária uma metamorfose, na figura do professor, referindo-se: “Graças ao seu conhecimento próprio e à sua experiência profissional têm uma responsabilidade maior na metamorfose da escola.” (NÓVOA; ALVIM, 2022, p. 45). Nesse sentido, os professores devem convocar às suas capacidades de colaboração e construir elos, dentro e fora da profissão, na escola e na sociedade, para assim viabilizar as mudanças. Anos antes da Covid-19, Richardson (1999 *apud* Garcia Jr. *et al.*, 2017), já manifestava a relevância para transformação no meio educacional e essa poderia vir com a formação dos professores, pois formação pode ser conceituada como uma função social de transmissão de saberes, do saber fazer ou do saber ser, sendo um processo de desenvolvimento e estruturação da pessoa através da maturação interna e de possibilidades de aprendizagens.

A constante atualização e instrumentalização dos professores, por exemplo, em relação à conectividade, é estabelecida por Nóvoa (2017) como novas formas de ação de professor e uma nova relação com o conhecimento profissional docente. “O não saber trabalhar com grupos heterogêneos é desgastante para o professor e reafirma a necessidade de uma preocupação com sua formação contínua” (PLACCO *et al.*, 1999, p. 52). Nesse sentido, a busca para identificar políticas educacionais públicas que sustentam e garantam as classes de aceleração poderá estar diretamente relacionada com a proposta desenvolvida e aplicada em sala de aula e com a restituição dos vínculos dos alunos com a escola, para além da reprovação e evasão.

A importância de pesquisar sobre distorção idade-série, correção de fluxo escolar – para verificar quais políticas públicas influenciaram e contribuíram com essas mudanças de perspectiva de inserção desse público em seu devido espaço de pertencimento – está relacionada com a possibilidade de garantir o sucesso das classes de aceleração. O termo aceleração de aprendizagem foi instituído em 1997, pelo Ministério da Educação (MEC), conforme Menezes (2001). Os programas de aceleração de aprendizagem, oportunizados pelo Governo Federal, chegaram como sendo uma proposta para evitar o fracasso escolar e ajudaram a impactar a reestruturação das políticas educacionais dos Estados e Municípios. É possível destacar alguns programas como: Programa pela Alfabetização na Idade Certa (PAIC); Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); Programa Mais Educação (PME); Programa de aceleração de estudos das escolas públicas do Paraná; Programa de Aceleração da Aprendizagem em Rio Verde, Goiânia; Classes de Aceleração de Aprendizagem em Juiz de Fora, Minas Gerais. Especificamente no Rio Grande do Sul, alguns municípios aderiram a programas de aceleração a exemplo temos: Seguindo em Frente e Acelera em São Leopoldo e Programa de Aceleração em Novo Hamburgo. Outras cidades optam por não aderir a um programa específico de aceleração, porém, utilizam estratégias pedagógicas que resultam em redução de reprovação e garantem ações ligadas à leitura de forma geral, no município, e no ensino de forma integrada. A exemplo dessas, temos a Região dos Vales dos Sinos, como demonstra Martins (2017), em sua pesquisa, que escolas com uma boa proposta de atendimento pedagógico direcionado ao público também surte efeito para a aceleração com qualidade, a exemplo, nesta política educacional, o atendimento especializado a alunos com necessidades especiais; os projetos de letramento e numeramento; o laboratório de aprendizagem; e o reforço escolar e educação integrada.

Outro aspecto importante para saber, é sobre a gestão e a organização dos espaços e acolhimento, pois foi atribuída uma denominação peculiar, “efeito professor”, de Marafelli (2011), que está relacionado aos profissionais envolvidos com essas turmas e, principalmente, o posicionamento da gestão escolar que reflete sobre os resultados.

Segundo Parente e Lück (2004), estrategicamente, ações eficazes deverão ser promovidas na realização desses atendimentos diferenciados, sendo necessário estimular e colocar em evidência o que foi descoberto como práticas que deram certo

como material didático de apoio; realização de formação inicial dos professores, como prática niveladora e formadora de uma nova prática de ensino; estabelecimento do compromisso da direção da escola, assim como do professor, quanto a essa prática diferenciada e seus resultados; adesão voluntária dos profissionais envolvidos; controle da rotatividade dos professores no atendimento contínuo de capacitação; monitoramento, e avaliação contínuos ao programa (PARENTE; LÜCK, 2004, p. 22).

Sendo assim, a intenção é de apresentar políticas educacionais da Educação Básica que influenciaram ou interferiram direta ou indiretamente ao processo de atendimento aos alunos em distorção idade-série escolar, bem como apresentar os indicadores da distorção na rede de Porto Alegre, contextualizar os fatos educacionais e comparar os documentos e os dados de distorção com base nas políticas implementadas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresentará uma breve abordagem contextualizada que envolva o tema, a conceituação de distorção idade-série e a correção de fluxo escolar, abordando a legislação da educação brasileira vigente sobre o assunto e os desafios e oportunidades relacionados à correção de fluxo escolar. Por fim, a apresentação de como está sendo desenvolvido o programa à correção de fluxo escolar na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA) com uma breve relação entre três municípios da região metropolitana. Para cada tópico, serão apresentados os conceitos gerais e suas relações.

3.1 CONCEITUAÇÃO DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR

O tema da pesquisa perpassa pela abordagem interlocutória entre a problemática da distorção idade-série e as políticas educacionais correlatas. Para conceituar, segundo Bauer (*apud* UNICEF, 2018), representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil, distorção idade-série escolar está relacionada com a defasagem do aluno em relação a sua idade e ao ano escolar correspondente. Além disso, tem-se um indicador educacional, de acordo com o INEP (2020). São jovens que, por algum motivo, têm histórico de múltipla repetência ou evadiram e retornaram à escola em um ano não correspondente a sua idade. A definição dada pela legislação vigente é que distorção ocorre quando a idade do aluno e a idade prevista para o ano correspondente tem uma diferença de dois anos ou mais, tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9.394/1996) que organiza a oferta do ensino no país, indicando que a criança deve ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental aos 6 anos e concluir essa etapa no 9º ano, aos 14 anos. Na continuidade, indica que a faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no Ensino Médio. Sendo assim, corrigir o fluxo escolar é a “possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar” (BRASIL, 1996). Para uma melhor compreensão, segue a tabela abaixo com

as faixas etárias correspondentes conforme dados levantados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022)⁵.

Tabela 1 – Faixa etária regular/Distorção idade-série

ANO	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
IDADE REGULAR (ANOS)	6	7	8	9	10	11	12	13	14
DISTORÇÃO (idade-série)	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	8	9	10	11	12	13	14	15	16

Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados do INEP (2022).

A referente tabela reflete a organização da faixa etária dos alunos em turmas regulares do ensino fundamental e a idade em que estariam em distorção idade-série o que ocasionaria a necessidade da correção de fluxo escolar. Essa definição de correção de fluxo escolar também é caso de estudo de Parente e Lück (2004), onde retomam a correção como sendo um encadeamento de fatores que levam à defasagem da distorção idade-série. O uso da nomenclatura para este fenômeno escolar pode variar, dependendo da localidade, algumas denominam de correção da distorção idade-série ou aceleração de aprendizagem, “sem imprimir características significativamente diferenciadas” (PARENTE; LÜCK, 2004, p. 18-19). Menezes (2001) trouxe o conceito de correção de fluxo escolar no intuito de ser uma medida política e uma estratégia pedagógica para corrigir a escolaridade do aluno em relação à idade-série, tendo como objetivo acabar com a distorção, sendo considerado por Menezes um dos maiores problemas enfrentados na educação pública brasileira. Além disso, atribui a aceleração de aprendizagem como sendo uma estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para os alunos defasados (MENEZES, 2001).

Em relação à nomenclatura, é possível usar aceleração de estudo ou aceleração de aprendizagem para a correção da distorção escolar. A aceleração de aprendizagem, por exemplo, trata de uma mudança de “vetor na política educacional comprometido com resultados permanentes e não como uma mera inovação ou intervenção pedagógica” (OLIVEIRA, 2002, p. 178). Para tanto, com a necessidade

⁵ https://qedu.org.br/municipio/4314902-porto-alegre/distorcao-idade-serie?ano=2022&dependencia_id=3&localizacao_id=1&ciclo_id=A1

de corrigir a distorção, surgem os programas de aceleração. Esta análise e o desenvolvimento de estudos sobre as experiências de correção do fluxo escolar e da distorção idade-série vigentes no Brasil “ganharam destaque em 2000, com o estabelecimento, em 1997, de uma política pelo Ministério de Educação (MEC) voltada para essa correção” (PARENTE; LÜCK, 2004, p.07).

Dentro deste contexto de nomenclatura, encontramos os programas de correção de fluxo escolar como uma estratégia para suprir a necessidade de desse público e política educacional. O próximo capítulo conterá algumas considerações sobre esse assunto.

3.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS VINCULADAS À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR

A implicação de políticas públicas para o ensino reverte em interesse ou não de quem as conduz e de quem as deveriam aplicá-las, por influências externas (nacionais ou internacionais), posto que há um percurso a ser desenvolvido de, no mínimo, quatro fases, conforme Harman (1984), sendo a primeira a identificação do problema, que evolui para a formulação e a autorização da política pública, passando para a implementação das mesmas e, por último, a finalização ou a mudança.

Todavia, dentro das relações de políticas públicas educacionais, onde deveriam ser respeitados tais percursos, bem como, observados os direitos e realizadas as alterações e correções pecuniárias, respeitando as devidas fases do processo referido por Harman (1984), ocorrem situações adversas e o processo não segue. Segundo Saviani (2008):

No que se refere aos limites da política educacional brasileira, haveria muitos aspectos a considerar. Penso, porém, que as várias limitações são, em última instância, tributárias de duas características estruturais que atravessam a ação do Estado brasileiro no campo da educação desde as origens até os dias atuais. Refiro-me à histórica resistência que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública; e à descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado. A primeira limitação materializa-se na tradicional escassez dos recursos financeiros destinados à educação; a segunda corporifica-se na sequência interminável de reformas, cada qual recomeçando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente (SAVIANI, 2008, p. 7).

A exemplo dessa histórica resistência das políticas públicas educacionais citada por Saviani (2008), temos a da correção de fluxo escolar, em que é balizado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador criado pelo

Governo Federal para avaliar o ensino nas escolas públicas brasileiras, um mensurador das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que, por sua vez, durante o governo na esfera Federal, de 1995 até 2002, período no qual teve o início do incentivo legalizado para a aceleração dos alunos com defasagem idade-série, necessitou de estabelecimento sistemático de regularização e acompanhamento para redução de reprovação e abandono, (FRANCO *et al.*, 2007). Movimento esse que já vinha sendo exercido de forma mais isoladas por alguns governos Estaduais e Municipais antes mesmo da Lei de 1996 - LDBEN.

Para Franco *et al.* (2007), a regulação do fluxo escolar tem como objetivo a redução das reprovações, abandono e evasão escolar. Para que isso ocorra, é necessário o estabelecimento de novas ações. Com isso, temos a questão trazida por Lombardi (2012) em que coloca a história da educação como sendo fundamental para compreender as mudanças nas políticas educacionais e o desenvolvimento de nova estratégias para tal, para que não ocorra a visão a-histórica, que “trata a escola como um tipo de organização que sempre existiu mais ou menos dessa forma que conhecemos”, como se a escola que temos sempre estivesse existido (LOMBARDI, 2012, p. 16). Pois a “decretação do fim da história” é o mesmo que dizer que não importa o passado nem o futuro, “é o presente a referência e o único horizonte” (LOMBARDI, 2012. p. 16).

Acompanhando Lombardi, nessa relação de que o ensino que temos é o mesmo que sempre tivemos, perderemos a perspectiva de resolver o problema presente é a distorção idade-série por causa de mecanismos sistemáticos e tradicionais de ensino aprendizagem, resultando em reprovação continuada ou abandono. O reflexo é o processo de exclusão social e o fracasso escolar trazido por Spositi (1999), situação que requer o movimento de transformar os espaços e conhecimentos, assim como de ocorrer a “Reinclusão daqueles que se encontravam defasados em seu percurso escolar” (SPOSITI, 1999, p. 31). Com essa ideia, é possível estabelecer que, para a correção de fluxo escolar, seja importante o vínculo. Definição esta que é a “tentativa de descobrir entre outras coisas, certo tipo de interações que entorpecem o pleno desenvolvimento humano” (PICHON, 1998, *apud* LIRA; ENRICONE, 2011, p. 67), para a permanência do aluno no espaço escolar, a fim de estabelecer a construção do conhecimento e a progressão para o ano correspondente à idade do aluno.

A principal legislação que regulamenta a aceleração de aprendizagem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996. O Capítulo relacionado é o da Educação Básica, nos Art.23 e Art.24 que tratam sobre reclassificação do aluno; classificação a qualquer tempo; e aceleração dos estudos. Garantindo, desta forma, a oferta dos estudos diferenciados aos alunos que apresentam defasagem na distorção idade-série escolar.

A gestão democrática do ensino público da educação está contemplada dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) com uma atenção mais direcionada que trata não apenas da garantia do acesso, mas da garantia da qualidade da educação, conforme Art.206, inciso I: "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL,1988).

Ainda dentro da contextualização sobre a legislação que regulamenta a correção de fluxo escolar com base na distorção de idade-série, temos Parente e Lück (2004) que registram sobre o processo da regulamentação da oferta da aceleração da aprendizagem a fim de corrigir a distorção escolar. Segundo Parente e Lück (2004):

Em 1997, com o foco na solução desse problema crônico, o MEC criou o Programa de Aceleração de Aprendizagem, implementado em diferentes localidades brasileiras. O programa contou com o apoio e a parceria do Instituto Ayrton Senna, da Petrobras e do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além do apoio técnico de organizações não-governamentais, como, por exemplo, o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). No período 1997-1999, foram alocados recursos para investimentos em ações destinadas à capacitação de professores e à produção e distribuição de materiais didáticos para as classes de aceleração criadas por esse programa do MEC (PARENTE; LÜCK, 2004, p. 9).

Anos depois do Ministério da Educação - MEC - ter criado o Programa de Aceleração de Aprendizagem em 1997, foi instituído o novo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei ordinária nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), de duração decenal como determina a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu Art. 214, refere-se às metas com diversas estratégias para a maior organicidade da educação nacional, visando ao compromisso com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades históricas no país, por meio de uma nova postura, construindo formas de colaboração entre os sistemas de ensino, (BRASIL, 2014). Destacam-se as metas 2 e 7, que abordam o ensino fundamental e o aprendizado adequado na idade certa:

META 2 - Ensino Fundamental - Até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.

[...]

META 7 - Aprendizado adequado na idade certa, Estimular a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (BRASIL, 2014, p. 19-31).

Uma vez instituído os parâmetros nacionais sobre o tema abordado, encontramos apenas o parecer nº 0609/1999 CME/RS - Conselho Municipal de Educação do Rio Grande do Sul (CME/RS), declarando que tomou conhecimento da inclusão dos estudos para alunos com atraso escolar nos critérios do regimento escolar sem prévia regularização. Com base na legislação e na aprovação do Conselho de Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA), implementou propostas distintas de aceleração de aprendizagem, com diferentes formatos e abordagens, ao longo desses anos, para o atendimento de alunos em distorção idade-série (PROMETA 3, 2021).

3.3 POLÍTICAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO PERÍODO DE 1996 A 2023 NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS

Neste subcapítulo, serão analisadas as políticas educacionais para a distorção idade-série na educação básica pública municipal, considerando contextos e desafios dos períodos decorrentes de 1996 a 2023. Foi estabelecido este propósito em busca da resposta da questão problema, que limita a elaboração desta pesquisa: Como se desenvolveram as políticas educacionais relacionadas à distorção idade-série no ensino público municipal de Porto Alegre a partir da promulgação da Lei 9396/96 – LDBEN?

Faz-se necessário destacar que os dados educacionais utilizados corresponderão à Rede pública municipal urbana de Porto Alegre, conforme o objetivo desta pesquisa. Sendo assim, é pretendida através deste, a contribuição para com o campo de estudos e pesquisas relacionadas às políticas educacionais e aos programas de correção de fluxo escolar que envolva distorção idade-série.

A finalidade deste será demonstrar quais políticas educacionais foram criadas ou implementadas pelo município de Porto Alegre para a distorção idade-série. Para melhor mensurar os quantitativos dos dados a fim de estabelecer relações, faz-se necessário um conhecimento prévio em relação à cidade de Porto Alegre. Capital do

Rio Grande do Sul, que, em termos territoriais, tem área de 496,684 km². Uma população de 1.332.845 habitantes de acordo com os dados do IBGE⁶ de 2022.

Figura 3 – Vista panorâmica de Porto Alegre



Fonte: Imagem do *site* da prefeitura de Porto Alegre.

Em relação aos quantitativos de escolas municipais próprias até 2023, são 57 escolas, classificadas em 52 escolas de ensino fundamental, 2 escolas de educação de jovens e adultos, 6 escolas de tempo integral e 4 escolas especiais. Também atende 43 escolas de educação infantil.

A Rede municipal de ensino, no ano de 2023, tinha um total de matrículas de 58 mil alunos, representando 85% dos alunos matriculados na capital, conforme *site* da Prefeitura (2024).

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA) foi criada em 1955. À SMED cabe elaborar e implantar a política educacional municipal de educação, assim como regular e coordenar a prestação de serviços no ecossistema do ensino infantil e fundamental.

Mais de 60 mil alunos são atendidos cuja gestão está diretamente a cargo da SMED – a Rede Municipal de Ensino (RME). A qualidade da educação oferecida a crianças, jovens e adultos é a prioridade do trabalho da Secretaria. Tendo como competência legal a abrangência de educação infantil e ensino fundamental (PORTO ALEGRE, 2023). Mas é a partir dos quartos anos que a SMED atua com o atendimento aos alunos em distorção idade-série através de turmas de correção de fluxo escolar ou plano de ação individualizado.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre/RS - SMED, a correção de fluxo escolar foi uma estratégia própria de enfrentamento de

⁶ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8418#/n6/4314902/v/12749/p/all/d/v12749%204/l/v,p,t/resultado>

combate ao fracasso escolar em relação ao problema de distorção idade-série dos alunos, diferente de outras cidades onde a correção do fluxo escolar é feita com o uso de tecnologias educacionais desenvolvidas por órgãos não governamentais. A exemplo, é o Instituto Ayrton Senna (2022), o programa de aceleração de aprendizagem, Acelera Brasil (correção de fluxo escolar - na idade-série) já foi aplicado nas cidades de Cacheira do Sul e Restinga Seca, ambas no Rio Grande do Sul, e na cidade de Paulo Lopes, em Santa Catarina com êxito. Já na Cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, conforme documento normativo do município de 2021, o Projeto Acelera ocorre com a finalidade de corrigir a defasagem idade-série, com base nos preceitos do instituto, porém, com regulação própria. Outra referência é o Instituto Roberto Marinho com o Programa Horizontes que é um projeto de aceleração escolar para atender alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Com intuito de fazer parte deste crivo de Programas de Aceleração e incluir na trajetória da educação em Porto Alegre, ao longo dos anos, a Secretaria Municipal de Educação implementou propostas distintas de aceleração da aprendizagem, com diferentes formatos e abordagens, pois considera fundamental a correção de fluxo escolar. Em meados dos anos 90, a Secretaria de Educação modificou sua forma de organização escolar, trocando seu processo político pedagógico de escolas seriadas para escolas cicladas, sendo escola seriada uma forma de organizar os alunos em séries, com sistema anual, segundo seu nível de conhecimento de conteúdo escolar. Já para escolas cicladas, a definição é organizar os alunos por ciclos de formação, sendo este um “conjunto de anos durante os quais a progressão tem validade” (PARO, 2011, p. 696).

Os ciclos foram divididos em 3 etapas, contemplando o primeiro ciclo: 1º, 2º e 3º anos; o segundo ciclo: 4º, 5º e 6º anos; terceiro ciclo: 7º, 8º e 9º anos. Tendo a compreensão de que em ciclo seria respeitado o tempo do processo de cada nível de aprendizagem, como traz no próprio Caderno 9 (PORTO ALEGRE, 1998):

As escolas que se organizam por ciclos (seja no Brasil ou no exterior) têm demonstrado que essa maneira de estruturação curricular promove um continuum no processo de ensino-aprendizagem pelo qual passam os educandos, o planejamento e a prática pedagógica dos educadores, isto é, o conjunto da prática escolar. Assim, os Ciclos de Formação contribuem para que sejam respeitados o ritmo, o tempo e as experiências de cada educando, facilitando a organização coletiva e interdisciplinar da escola. Aliás, nas orientações dadas pelo MEC, a partir dos compromissos firmados internacionalmente na Tailândia e em Nova Delhi, e que resultaram na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (embora tenhamos críticas sérias quanto ao seu conteúdo e método de elaboração) é apontada

a necessidade de, em nível nacional, haver a busca de flexibilização da seriação. (PORTO ALEGRE, 1998, p. 12).

Esse foi o momento em que a visibilidade para o atendimento de alunos com distorção idade-série recebeu uma proposta mais direcionada, conforme Caderno 9 (PORTO ALEGRE, 1998), sendo este o documento “Ciclos de formação: proposta político-pedagógica da escola cidadã” de Porto Alegre. Na trajetória da RME-POA, o processo de aceleração idade-série se consolida através das turmas de progressão, conforme o Caderno Pedagógico 9 (PORTO ALEGRE, 1998), momento em que foi estabelecida a forma de organização do ensino baseada nos Ciclos de Formação. Ao ciclar, por entender que havia a necessidade de transformar e qualificar a aprendizagem, a RME-POA trouxe como proposta de ensino:

a busca da aprendizagem de todos os alunos, a ampliação dos tempos e espaços escolares, a compreensão das fases da vida dos alunos, a superação da avaliação classificatória e a organização do currículo considerando as fontes filosófica, epistemológica, sociopsicopedagógica e socioantropológica (OYARZABAL, 2007, p. 161).

Tendo os documentos oficiais das Secretarias Municipais de Educação de Porto Alegre (Escola Cidadã), o Caderno Pedagógico 9 (PORTO ALEGRE, 1998) e a teórica Lima (2016) como base e resgate de conceitos, temos o ciclo de formação como proposta de estruturação da escola que envolve, de maneira fundamental, a gestão e a socialização do conhecimento, em que “o educando constitua determinado conceito, entenda e utilize um sistema simbólico, utilize os conceitos formais para a compreensão da vida cotidiana, constitua formas novas de pensamento e se situe eticamente em relação ao conhecimento” (LIMA, 2016, p. 36). As origens da concepção de Ciclos de Formação, conforme Mainardes *et al.* (2010), estão relacionadas ao Plano Langevin-Wallon, elaborado entre 1946 e 1947, para a reforma da educação francesa no pós-guerra.

Nessa proposta pedagógica dos ciclos ofertada pela SMED, ocorreu a elaboração e a reestruturação das turmas, surgindo as turmas de progressão que tinham como objetivo atender aos alunos com defasagem entre sua faixa etária e a escolaridade, “realizando aí um trabalho direcionado para a superação das dificuldades e lacunas apresentadas” (PORTO ALEGRE, 1998). Estas turmas tinham um tempo diferente das demais de ano-ciclo. Os alunos de turma de progressão poderiam avançar para o ciclo seguinte a qualquer momento, desde que apresentassem condições de continuar normalmente sua socialização e estudos, bem

como o corpo docente estar ciente e concordar com o avanço e em consonância com o sistema de avaliação vigente (PORTO ALEGRE, 1998).

As Turmas de Progressão foram organizadas em todos os ciclos para atender aos educandos com defasagem idade-série e serviram para “proceder à adaptação de estudos de educandos provenientes de outras escolas ou daqueles que não possuírem escolaridade nenhuma” (PORTO ALEGRE, 1998, p. 35). Também tinha uma estruturação diferenciada das demais turmas regulares dos ciclos:

As turmas de progressão, aproximadamente 20 alunos/as, cada uma, independentemente do ciclo em que se encontrasse.

As turmas de progressão assumem as características do Ciclo dentro do qual estão inseridas, tornando-se um espaço pedagógico não engessado oferecido aqueles/as alunos/ as que estão em defasagem na relação faixa etária e escolaridade.

As turmas de progressão têm uma existência provisória, pois elas desaparecerão à medida em que nelas ocorrerem aprendizagens efetivas e os/as alunos/ as dessas turmas passarem a frequentar as turmas de ano-ciclo correspondentes a sua faixa etária, escolaridade e socialização. (PORTO ALEGRE, 1998, p. 35)

Segundo o Caderno Pedagógico 9 (PORTO ALEGRE, 1998), o tempo de permanência nesta turma de progressão seria provisório, pois os alunos passariam a frequentar turmas regulares a medida em que a aprendizagem se consolidasse. Porém, com o passar dos anos, percebe-se que ainda existe muitos alunos em distorção idade-série na RME-POA. Fatores como abandono, evasão ou reprovação por baixo desempenho contribuem para essa permanência na distorção idade-série conforme dados do QEdU, portal de dados educacionais, criado em 2012, com informações obtidas de fontes oficiais do governo brasileiro, como a Prova Brasil, o Censo Escolar e indicadores especiais do INEP.

Esse acompanhamento de taxa de rendimento escolar e censo escolar vem a contribuir em estratégias para reorganizar e replanejar o fazer pedagógico. Durante os últimos anos, ocorreram mudanças na Gestão do município de Porto Alegre, bem como no cargo de Secretária(o) de Educação Municipal. Em 2019 para 2020, houve uma tentativa de reorganização e retomada das turmas de progressão a fim de promover a aceleração de aprendizagem (PROGRAMA..., 2019), no entanto, iniciou o período pandêmico Covid-19 e não seguiu a proposta.

Na gestão de 2021, houve uma nova reestruturação das antigas turmas de progressão passando a se chamar turmas de correção de fluxo escolar, seguindo o mesmo intuito que é diminuir o número de alunos em distorção idade-série nas escolas

da RME a partir da recuperação e da promoção das aprendizagens do Ensino Fundamental. Sobre esta perspectiva, promover a aceleração da aprendizagem significa auxiliar e estimular a continuidade dos estudos, evitando a repetência sistemática e o abandono escolar de uma parcela significativa de alunos, visando, assim, garantir os direitos de aprendizagem com equidade.

Nesse sentido, foi preciso rever o fazer. Durante o ano de 2022, foi o período de orientação e implementação do Programa de Correção de Fluxo da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre (RME/POA). O Programa de correção de fluxo escolar foi constituído de forma mais sistematizada, conforme Documento Orientador da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre divulgado em fevereiro de 2022 para a RME-POA:

- Investir em estratégias de qualificação da aprendizagem dos alunos;
- Promover formações para professores que atuam com estas turmas;
- Construir espaços de discussão entre professores, equipes diretivas e assessoria pedagógica;
- Reestruturar e flexibilizar o currículo, favorecendo uma prática inter e transdisciplinar e relacionando as áreas de conhecimento com temáticas contemporâneas, tais como: educação das relações étnico-raciais, pluralidade cultural, educação ambiental, educação nutricional, saúde, educação sobre sexualidade, ciência e tecnologia, etc;
- Contemplar os tempos de aprendizagens dos alunos, contribuindo para a autonomia intelectual e fortalecendo a autoimagem;
- Reorganizar o planejamento pedagógico;
- Ressignificar as relações entre professores e alunos, a partir da dialogicidade;
- Possibilitar a promoção do aluno para o ano correspondente a sua idade escolar; e
- Restituir os vínculos dos alunos com a escola, estimulando confiança nas suas potencialidades, bem como nas potencialidades da escola no processo de ensino-aprendizagem.

Para aplicar o Programa de correção de fluxo na Rede-POA, durante o ano letivo de 2022, foram estruturadas 73 turmas de correção de fluxo, em 29 escolas de ensino fundamental, cerca de 1200 alunos em atendimento. Contemplando alunos de anos iniciais e anos finais da educação básica. Tendo como estrutura organizacional das turmas, sob responsabilidade das escolas e com orientação e assessoramento da SMED, grupos constituídos por, no mínimo, 10 e no máximo 16 alunos. Coube às escolas a formação destas turmas e à SMED sua validação. O atendimento foi ofertado exclusivamente para alunos com distorção idade-série regularmente matriculados em turmas do 3º ao 8º ano do Ensino Fundamental, com alunos oriundos de turmas regulares e com distorção mínima de 2 anos. Já os alunos com necessidades especiais não são contemplados pelo Programa de correção de fluxo,

pois há um atendimento especializado nas Salas de Integração e Recursos (SIR), com professores e monitores para o atendimento diferenciado para esse público (PORTO ALEGRE, 1998).

Segundo documento Orientador da Secretaria de Educação de 2022, essas turmas tiveram uma organização curricular específica tendo como base as diretrizes da SMED, do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – currículo priorizado com habilidades mínimas em cada ano, adotado pela Rede-POA – devido ao momento de recomposição das aprendizagens, por causa do período pandêmico/pós-pandêmico. Essa organização curricular está relacionada ao planejamento e estruturação do currículo escolar, segundo Behrens (2013), é necessário para garantir a coerência e a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Para o atendimento dessas turmas de correção de fluxo escolar, nos anos iniciais, a indicação foi de professores alfabetizadores e, nos anos finais, a indicação foi por um professor com maior carga horária (servindo como referência para o desenvolvimento do vínculo e articulação entre estudante, família e escola) com trabalho em diferentes áreas do conhecimento, podendo ser professores alfabetizadores.

Depois do acompanhamento dessas turmas de correção de fluxo escolar em 2022, surgiram novas orientações para 2023, pois seria feito uma parceria com uma instituição para o gerenciamento do programa de correção de fluxo escolar da Rede-POA, porém não consolidada. Devido às combinações prévias, resolveu-se manter algumas orientações que já haviam sido acordadas com as escolas, como o número de alunos por turma que passou a ter o mínimo 20 e máximo 25, bom como da possibilidade de ter turmas multisseriadas em todos os níveis 3º, 4º e 5º anos; 6º, 7º e 8º anos. Esses alunos permaneceram por um período de um ano nessa turma de correção de fluxo escolar, tendo a possibilidade de progredir para uma turma regular ou não. Os participantes das turmas de aceleração de estudos poderão, ao final do ano letivo, acelerar dois anos de estudos, por exemplo, os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental poderão ser reclassificados para o 8º ano do Ensino Fundamental e os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental poderão ser reclassificados a 1ª série do Ensino Médio.

No ano de 2023, o programa de correção de fluxo escolar na Rede-POA atingiu 17 escolas, 24 turmas e iniciou o ano com, aproximadamente, 480 alunos. O acompanhamento e monitoramento dos alunos ocorreram de forma sistêmica durante

os conselhos de classe, na busca ativa e em casos pontuais de baixo rendimento através de encontros com a equipe responsável por esses alunos na escola. Também foram ofertados encontros formativos aos supervisores e professores referência que atuam diretamente com as turmas de correção de fluxo da Rede-POA. Esses encontros tiveram como objetivo o reconhecimento do grupo referente à função social das turmas de correção de fluxo e da escola contemporânea e cenários e desafios comuns entre estes alunos.

Já para 2024, houve uma remodelação de acordo com a demanda das escolas da Rede Municipal. Durante os acompanhamentos realizados em 2023, foi identificado que além da distorção idade-série, ocorre também a defasagem na aprendizagem a nível de alunos no 5º, 6º, 7º e 8º anos que ainda necessitam concluir o processo de alfabetização. Para isso, foram criadas novas possibilidades de atendimentos, sendo elas: turmas de correção de fluxo com o perfil dos alunos que necessitam concluir a etapa da alfabetização e turmas de correção de fluxo com o perfil regular de aceleração de aprendizagem a fim de progressão mínima de 2 dois anos. Essas turmas podem ser de anos simples (ano a ano, a exemplo: 5º ano, 6º ano, 7º ano) ou multisseriada de 4º, 5º e 6º anos para os anos iniciais ou 7º e 8º anos para os anos finais do ensino fundamental.

3.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR

3.4.1 Desafios da distorção idade-série e correção de fluxo escolar

O tema distorção idade-série teve início no final da década dos anos 90. Embora a pedagogia da repetência tenha sido denunciada décadas anteriores, segundo Oliveira (2002) – e com mais ênfase a partir dos estudos de Sérgio Costa Ribeiro, no início dos anos 80 – “somente por volta de 1994 começaram as primeiras propostas de elevar o problema do nível pedagógico para o nível de estratégias e políticas públicas” (OLIVEIRA, 2002, p. 116). Ocorrendo de forma concomitante em diferentes propostas de governo, por exemplo: Roseana Sarney, no Maranhão, Mário Covas, em São Paulo, ambos eleitos no final dos anos 90.

A Distorção idade-série, um fenômeno multifatorial, assim é tratada a questão no Site Educação em Foco (2023), pois está, muitas vezes, relacionada às condições

socioeconômicas do aluno e a falta de apoio educacional. Para esses alunos, houve a negativa do direito de aprender e se desenvolver na idade apropriada devidamente assegurado, tornando uma trajetória escolar irregular para esses alunos. Desta forma, está associada a dificuldades de aprendizagem, reprovação, podendo resultar em abandono dos estudos.

Nessa trajetória estudantil, há a necessidade de desenvolver um mecanismo de acompanhamento de evolução da taxa de rendimento dos alunos que ajuda a obter os resultados classificatórios de uma forma mais qualitativa, não só quantitativa, sendo o professor o grande motivador desse processo, pois para Nóvoa (2015), em uma entrevista à Carta Capital, traz que em uma sociedade da informação o papel do professor é de “ajudar o aluno a transformar a informação em conhecimento” e “o que define a aprendizagem não é saber muito, é compreender bem aquilo que se sabe” (NÓVOA *apud* CINTHIA, 2015). Para ser possível esse acompanhamento da evolução da taxa de rendimento dos alunos, o Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁷, em conjunto com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), criou, em 1995, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)⁸, composto por três avaliações externas em larga escala: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também denominada de Prova Brasil, conforme informado por Todos pela Educação (PROVA BRASIL, 2018). Foi estabelecido ainda pelo MEC e INEP, no ano de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB⁹ como um indicador de dois conceitos: Fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

O programa do IDEB tornou-se um instrumento importante de avaliação e é por meio de seus resultados que é possível o levantamento dos dados relacionados ao fracasso escolar, pois o mesmo demonstra os resultados de aprovação, reprovações, abandono e distorção idade-série escolar. A expressão “fracasso” é explicada, no Dicionário Online de Português (FRACASSO, 2009), como sendo atribuída à *ausência de sucesso; ação de fracassar; não obter o que se pretendia; derrota; insucesso*. Logo, fracasso escolar poderia ser atribuído ao mau êxito do aluno na escola, caracterizado

⁷ <http://portal.mec.gov.br/>

⁸ <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>

⁹ https://qedu.org.br/municipio/4314902-porto-alegre/distorcao-idade-serie?ano=2022&dependencia_id=3&localizacao_id=1&ciclo_id=A1

como sendo a reprovação e a evasão escolar (FORGIARINI; SILVA, 2007). Considerando a expressão, podemos ir além dos resultados citados, pois segundo Marques (2014), temos também identificado como fracasso escolar a aprovação sem aquisição do conhecimento, a falta de desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o exercício da cidadania e a capacidade de transformar a sociedade.

Conforme Sposati (1999), para reduzir a questão do fracasso escolar, referido anteriormente, não basta ter o espaço escolar, é necessário transformar e acolher as demandas advindas dos educandos, onde cada indivíduo deverá ser notado de forma individualizada a fim de ser possível identificar suas habilidades e competências, suas potencialidades e defasagens. Vai além da acessibilidade, é preciso rever os currículos escolares e estabelecer uma pedagogia da inclusão. (SPOSATI, 1999). Para que isso ocorra, precisam ser aplicadas as políticas públicas de forma eficiente, mesmo que a expressão política pública tenha um conceito de definição vaga, segundo Stromquist (1995), com base nos autores Harman, Hall e Ozlack, “é necessário a formulação de políticas para o embasamento sustentável junto à educação”. Stromquist (1995) conceitua que:

políticas públicas apresentam a intenção de solucionar problemas identificados, que essas soluções devem contar com um mínimo de apoio da sociedade e que a definição do problema evolui através de sucessivas ondas de tomadas de decisão. Em outras palavras, contrariando a visão que postula a sequência linear na formulação de uma política pública, começamos a aprender que, pelo fato de vários atores estarem implicados no processo – de políticos a burocratas a equipes escolares – essas pessoas inserem certas modificações nas políticas públicas, alterações que tem origem em sua interpretação sobre as políticas públicas em si e na extensão de sua concordância em relação a elas (STROMQUIST, 1995, p. 28).

De acordo com a análise do fracasso escolar e as intenções das políticas públicas efetivas após a implementação do programa educacional *Toda criança na escola*, percebe-se que o fracasso escolar “permanecem como um desafio social a ser superado” (PARENTE; LÜCK, 2004, p. 8). Mesmo com os avanços das políticas públicas para educação brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Durham (2010, p. 154) considera “progressos alcançados em termos de acesso aos diferentes níveis de ensino e da reorganização do sistema educacional promovida a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)”. No entanto, “não se deve esquecer que, apesar das variações nas políticas governamentais, existem tendências gerais que permeiam todos os governos, tendências que decorrem de

amplas transformações e pressões sociais", considerando que a principal foi a ampliação de acesso a todos, tendo em vista que o analfabetismo ainda era uma questão de muita relevância (DURHAM, 2010, p. 154).

Em relação aos desafios com a questão da correção de fluxo escolar para corrigir a distorção idade-série dos alunos está atrelada ao "combate" ao fracasso escolar referido por Forgiarini e Silva (2007), Marques (2014), Sposati (1999), Durham (2010) e o próprio governo de Fernando Henrique Cardoso, ao criar políticas públicas voltadas para o problema. Na tentativa de elucidar o que se passa sob a questão do fracasso, Marques (2014) traz que é necessário compreender a concepção dos professores sobre o que é fracasso escolar e qual é o grau de responsabilidade para que isso ocorra.

Mediante o pensamento de Marques (2014), no que se refere a influência do professor em sua prática pedagógica, é importante ressaltar que é um grande desafio trabalhar com alunos que apresentam distorção idade-série, pois são oriundos de todo um contexto de insucesso escolar. Faz-se necessário transformações emergenciais nas práticas, pois não se pode manter o ensino-aprendizagem como se o professor fosse o detentor de todo o conhecimento e o aluno apenas o receptor das informações, tornando a prática pedagógica mecanizada, uma mera reprodução e repetição do conhecimento, assim como é definido por Moran (2019) onde o método tradicional prioriza a transmissão de informações e tem sua centralidade na figura do docente. Mediante a essa questão, "concebe o educando como sujeito (autor), que constrói sua personalidade viva à medida que se apropria dos elementos culturais apresentados pelo educador" (PARO, 2011, p. 696). Para que essa prática possa assumir um caráter democrático, é preciso entender democracia como a "convivência pacífica e livre entre pessoas e grupos que se afirmam como sujeito" (PARO, 2010, p. 27). Isso corrobora com o já foi mencionado, tendo em vista a prática pedagógica exercida pelo educador, que se faz mediador, não mero transmissor de saberes. Para além, Behrens (2013), explicita a necessidade de haver uma reflexão por parte dos professores a fim de que seja estabelecido, dentro da metodologia do "aprender a aprender", projeto metodológico voltado para que o professor se torne o articulador e o orquestrador do processo pedagógico, deixando mais espaço de atuação aos alunos.

Ainda no contexto do professor, Moraes (1996 *apud* CARVALHO, 2018), retratava pautas em educação, destacava o quanto a escola mudou e que a missão já era focar no indivíduo, que ele é apropriado de inteligências múltiplas, com

diferentes estilos de aprendizagem e com isso diferentes habilidades de resolver problemas.

Por entender que a transformação do papel do educar é um desafio, uma vez que se tem diversos fatores que desencadeiam no resultado de distorção idade-série na educação, relacionando com os autores anteriores, Espírito Santo (2014) associa alguns fatores já mencionados, mas de relevância o resgate contextual, para além dos anteriores, levando em consideração o fracasso escolar, sendo eles: problemas de ordem afetiva familiar e falhas no próprio sistema de ensino que não prevê recursos financeiros e técnicos entre o próprio aluno e seu desejo de estudar, o que pode culminar na rejeição escolar. Rejeição essa que pode desencadear em reprovação ou abandono escolar, conforme Espírito Santo (2014).

Como foi possível perceber no disposto acima, a educação enfrenta grandes desafios para solucionar o fracasso escolar ocasionando a necessidade de turmas de correção de fluxo escolar específicas para o atendimento desses alunos ou plano de ação que os envolvam. Todavia estas turmas de correção de fluxo necessitam atendimento diferenciado, como professores dispostos à novas prática pedagógicas, com diferentes estímulos através de experiências com envolvimento mais centrado no aluno e suas demandas.

Dentro dessa análise, é possível retomar dois fatores relacionados ao fracasso escolar e aos desafios a serem superados como a questão da distorção idade-série: abandono e evasão escolar. A diferença entre as expressões evasão e abandono escolar foi utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP em 1998. Com isso, “abandono” significa a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na “evasão” o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar (LEAL; FORTE, 2021). De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta o Art. 227 da Constituição Federal, é de responsabilidade das escolas comunicar ao Conselho Escolar sobre as faltas injustificadas e evasão escolar. Conforme o Art. 56, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I – Maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II – Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III – Elevados níveis de repetência (BRASIL, 2022, p. 36).

Os desafios são constantes, no que se refere ao abando e a evasão, uma vez que as causas são variadas, podendo ser internas ou externas ao cotidiano escolar. Conforme pesquisa realizada, “Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes”, apontou que:

dos 48% dos entrevistados, que não frequentavam a escola, justificaram o abandono porque precisavam trabalhar fora. Já 30% afirmaram não conseguir acompanhar as explicações ou atividades da sala de aula e, por isso, deixaram os estudos. Entre os motivos da evasão escolar também foram citados: “a falta de retorno da escola às atividades presenciais”, citada por 29% dos entrevistados, seguido da “necessidade de cuidar de familiares”, com 28%. Foram ainda apresentados motivos como: transporte (18%), gravidez (14%), desafios por ter alguma deficiência (9%) e racismo (6%). (ALVES, 2022, [n/p.]).

Apontados por Alves (2022) em sua pesquisa, 30% dos adolescentes afirmaram não conseguir acompanhar as explicações ou atividades da sala de aula e, por isso, deixaram os estudos, o que reforça o desafio da transformação das práticas pedagógicas, bem como, reflete a falta de olhar para o acolhimento destes alunos, que por muitas vezes o “estar na escola” deixa de ter significado e passa a ser apenas um espaço de convivência social, como referido anteriormente. Além disso, Doro (2023) traz a questão da “necessidade do fortalecimento do trabalho conjunto com a rede intersetorial”, para que o retorno do aluno seja positivo, a fim de contribuir no combate ao abandono escolar.

Essa questão de o aluno conseguir acompanhar o trabalho de sala de aula, passa por “querer aprender”, nesse sentido, pode estar relacionada ao vínculo deste aluno ou não. Viana (2003) menciona Charlot (2001) para trazer a questão da relação com o saber, que pode estar relacionado com o desejo deste aluno em “querer aprender”, enquanto outros não manifestam esse mesmo desejo. Charlot acredita que uns alunos parecem estar “dispostos a aprender algo novo, são apaixonados por este ou por aquele tipo de saber, [...]. Outros parecem pouco motivados para aprender, ou para aprender isso ou aquilo, e, às vezes, recusam-se explicitamente a fazê-lo” (CHARLOT, 2001, p.15 *apud* VIANA, 2003, p. 1).

Nesse sentido, vínculo e desejo de querer, desafios e oportunidades permeiam em turmas de correção de fluxo escolar. Por isso, a fim de diminuir o número de alunos fora da idade escolar, há a possibilidade de agentes que contribuem para a redução da distorção idade-série que servem de estratégias para oportunidades como a criação das classes de aceleração (turmas de correção de fluxo escolar), além disso,

surge a tentativa de implementar a progressão automática, quando não há reprovação dos alunos.

Historicamente, conforme Melo (2002), o Brasil vinha verificando a possibilidade ou não de se implantar a progressão automática no sistema educacional brasileiro em substituição à reprovação, até que, nos anos 80/90, Paulo Freire assume a secretaria municipal de São Paulo e resolve implementar a progressão continuada, ou seja, deixando de ter reprovação dos alunos. Algum tempo depois, veio a própria deliberação da Lei de Diretrizes e Bases que permitiu a aceleração de aprendizagem onde os alunos que estavam fora da idade-série, tivessem a oportunidade de progredir para o ano correspondente. Em alguns casos, teremos a aceleração desses alunos com uma trajetória árdua, com tentativas e erros, sendo necessário rever a qualidade do ensino e valorização do aluno. Tudo isso, requer medidas práticas que incluem o acompanhamento sistemático de frequência dos alunos, adoção de instrumentos de diagnóstico para novos alunos e critérios para enturmação, políticas de alfabetização de alunos novos e defasados, além de avaliação externa (OLIVEIRA, 2002, p. 184)

Muitos são os desafios com esse público com defasagem idade-série e que necessitam de constante olhar e revisitar práticas pedagógicas, mudança de estratégias de acolhimento, hábitos e vínculos para transformar e ressignificar o espaço a fim de tentar garantir tempo com qualidade e a permanência significativa para os alunos.

3.4.2 Oportunidades da distorção idade-série e correção de fluxo escolar

É possível retomar Behrens (2013) para trazer algumas oportunidades de sugestões a fim de que se reflita sobre os desafios para uma prática pedagógica emergente e, com isso trabalhar para reduzir o espaço de aulas teóricas, buscar o envolvimento do aluno em trabalhos coletivos, consenso nas discussões coletivas, provocar a utilização dos meios eletrônicos, valorizar mais a elaboração própria, a construção coletiva e dar menos peso a provas e questionários (BEHRENS, 2013). Estas sugestões de práticas pedagógicas poderiam contemplar a lista de desafios e oportunidades para o trabalho com alunos em distorção de idade-série – turmas de correção de fluxo escolar. Tópicos como “buscar o envolvimento do aluno em trabalhos coletivos bem sistematizados, com responsabilidades definidas e produção individual e de grupo” e “valorizar mais a elaboração própria, a construção coletiva, a

apresentação de textos, as propostas criativas”, vem ao encontro do movimento de “transformar” um método tradicional em uma metodologia mais inovadora (BEHRENS, 2013, p. 109-110).

Nesse sentido, para estimular o papel do professor como sendo um articulador de práticas motivadoras temos Moran (2019) com o processo de Metodologias Ativas como fator que vem a contribuir e oportunizar novas práticas pedagógicas, transformando o fazer educativo e colocando o foco do processo de ensino e de aprendizagem nos alunos, onde há a participação da comunidade escolar (professores, gestores, familiares, agentes educadores etc.). De acordo com a definição de Metodologias ativas, Moran (2019) apresentou:

As metodologias ativas procuram criar situações de aprendizagem nas quais os aprendizes possam fazer coisas, pensar e conceituar o que fazem, construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolver a capacidade crítica, refletir sobre as práticas que realizam, fornecer e receber *feedback*, aprender a interagir com colegas, professores, pais e explorar atitudes e valores pessoais na escola e no mundo (MORAN, 2019, p. 7).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a metodologia ativa visa formar estudantes e também professores nas competências e habilidades aprendizagem baseada em problemas; ensino híbrido; estudo de caso; gamificação; mão na massa; promoção de seminários e discussões; sala de aula invertida; *storytelling*. Assim como desenvolver a argumentação; comunicação; cultura digital; empatia e cooperação; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; responsabilidade e cidadania; e trabalho e projeto de vida.

Tanto na BNCC, quanto para Moran, dentre outros autores já citados nessa pesquisa, demostram a preocupação com a permanência dos alunos em sala de aula com qualidade na aprendizagem e com a motivação da permanência na escola. Aliado a isso, tem as estratégias utilizadas para resgatar os alunos de baixa frequência ou ausentes na escola, a Busca Ativa.

A Busca Ativa é um ponto a ser observado como desafiador e ao mesmo tempo uma oportunidade ao estudante. Diz respeito às ações de busca ativa, as ações que garantam a permanência dos alunos na escola, pois, é preciso refletir sobre o pensamento de Spositi (1999), quando se refere que não adianta todas as crianças terem o direito à escola e sim a necessidade da sua permanência nela. Sendo assim, conforme Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023), busca ativa é o

“controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão”. Movimento esse realizado pelas escolas em busca dos alunos infrequentes, demanda que incide sobre grande parte dos alunos, o que acaba resultando em baixo rendimento, reprovação ou abandono e evasão, consequentemente, resultando no fracasso escolar assunto relacionado anteriormente.

Um projeto a nível nacional, a busca ativa foi criada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) junto com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Este projeto está vinculado uma plataforma gratuita para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar. Essa tem como iniciativa uma “solução tecnológica e uma metodologia inovadora para identificação das crianças e dos adolescentes que estão fora da escola, ajudando-os a voltar às salas de aula, permanecer e aprender” (UNICEF, 2023).

Considerada uma aliada (busca ativa) no processo escolar e contribui para reduzir as taxas de rendimento de reprovação e abandono escolar. Segundo consta na plataforma QEdu Academia, as taxas de rendimento se referem ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência dos alunos ao final de um ano letivo. Resultados que geram a distorção de idade, fato que se faz necessário o acompanhamento e monitoramento desses índices a fim de reduzi-los.

Porto Alegre desenvolve a Busca Ativa desde 1997 através da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) por meio de parceria entre o Ministério Público, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e Conselhos Tutelares, tendo com objetivo estabelecer o controle da infrequência e do abandono escolar de crianças e adolescentes. Desde então, a SMED criou uma comissão composta por membros da Secretaria que orienta as escolas para a busca ativa, sendo esta Comissão de Enfrentamento a Infrequência (CEI-SMED) e, nas escolas, a CEI-escolar é composta pelos integrantes da comunidade escolar. Em 2011, a FICAI foi revisada e atualizada e, em 2012, foi lançada a FICAI On-Line. Ministério Público do RS, com a anuência dos demais parceiros, firmou um convênio com a PROCEMPA, com o objetivo de desenvolver um sistema informatizado para dar maior agilidade nos encaminhamentos da ficha. O acompanhamento do sistema pela web, através dos órgãos envolvidos, aumenta a

possibilidade do retorno do aluno à escola, reduzindo a probabilidade de fracasso escolar. Em 2024, novamente a FICAI foi revisitada, ocorrendo o lançamento da FICAI 4.0, ampliando o acesso aos órgãos competentes para auxiliar na busca ativa desses estudantes.

Essas práticas de novas estratégias pedagógicas, acolhimento e Busca Ativa que garantam a permanência dos alunos na escola, podem ser acompanhadas por dados estatísticos que ajudam e contribuem para análise e elaboração de novas práticas pedagógicas. Percebe-se que trabalhar com o público de alunos com distorção idade-série é um processo cíclico, de investimento e um constante reinventar.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após a exibição do embasamento teórico que sustenta este trabalho, serão apresentados neste capítulo os aspectos como a abordagem, a natureza da pesquisa, os objetivos e os instrumentos a que foram utilizados.

4.1 ABORDAGEM E NATUREZA DA PESQUISA

De acordo com Cervo (2007 *apud* LARA 2019) a pesquisa é uma atividade voltada para a investigação de problemas práticos e teóricos por meio de processo científico. Também destaca que são três os elementos pertinentes: “dúvida / problema, método científico e resposta/solução” (CERVO, 2007, p. 57), uma vez que só haverá uma solução quando o problema tiver sido trabalhado com instrumentos científicos e procedimentos adequados.

A metodologia, de acordo com Gerhardt e Souza (2009), é o percurso percorrido para a abordagem do problema/pesquisa do objeto estudado. Sendo assim, a pesquisa científica é o produto de uma investigação, onde o “objetivo é resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos” (BARROS; LEHFELD, 2014, p. 30-31).

Ainda na lógica de que a pesquisa é a busca pela resolução de problemas, Gil (2010) trata a pesquisa necessária quando não se dispõe de informações suficiente para responder ao problema ou quando há uma desordem das informações que dificulta o estabelecimento das relações. Para que seja possível desenvolver a pesquisa é necessário a utilização de métodos e técnicas de investigação científica, conforme Gil (2010). A definição de método é trazida por Creswell (2010) como sendo um elemento importante da estrutura que envolve as formas de coletas, análise e interpretação que os pesquisadores desenvolvem para a seu estudo. Minayo (1991) entende “por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (...) inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade” (MINAYO, 1991, p. 16).

Para esse levantamento de dados, foi utilizado como procedimento técnico a análise documental desenvolvida com base em material elaborado principalmente pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA). Os recursos utilizados como base da pesquisa foram: Documentos Orientadores da (SMED/POA),

Sites da prefeitura de POA, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo, Plataforma do Instituto Nacional INEP, pesquisas acadêmicas, Pareceres do Conselho Municipal de Educação (CME/POA), Sistema de Informações Educacionais de Porto Alegre (SIE), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A fim de dados comparativos de política pública para a referida distorção idade-série, também foram analisados o Plano Político Pedagógico e o índice de distorção idade-série dos últimos cinco anos de três cidades da região Metropolitana de Porto Alegre: Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Para realizar este trabalho, foi utilizada uma pesquisa de natureza qualitativa. Segundo Cervo (2007, p. 60), “cada abordagem ou busca admite níveis diferentes de aprofundamento e enfoques específicos conforme o objeto de estudo, os objetivos visados e a qualificação do pesquisador”. Devido a isso, pode-se dizer que cada tipo de pesquisa possui, além do número comum de procedimentos, suas próprias peculiaridades (CERVO, 2007). Demo (2009) trouxe uma reflexão sobre pesquisa qualitativa de Minayo (1996) onde está presente a preocupação de definição de qualidade para que não seja mera não quantidade. Outra questão é definir método qualitativo, para que não seja algo não lógico-experimental, segundo Minayo (1996).

A investigação seguiu uma abordagem exploratória, buscando aprofundar a compreensão sobre os índices de distorção idade-série das escolas municipais de Porto Alegre em relação aos desempenhos dos outros três municípios.

Para Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características das organizações e da população, enquanto a pesquisa exploratória aprimora a descritiva, proporcionando uma maior proximidade do pesquisador com o seu problema de pesquisa e com a construção dos seus objetivos. Baptista e Campos (2018) constataram que a pesquisa descritiva objetiva descrever determinado grupo para identificar quais são as suas condições e queixas, não indo em busca da causa, nem de identificar relações de consequência, mas de compreender a situação do universo pesquisado. Já Sampieri *et al.* (2013) afirmaram que os estudos exploratórios são realizados quando há o propósito de examinar um problema de pesquisa ou tema ainda pouco estudado, em que não há a presença de ideias concretas.

A análise documental foi escolhida como procedimento para esta pesquisa, porque é importante ressaltar que ao pensar em coletas de dados nos deparamos com a necessidade de selecionar os instrumentos a serem usados, conforme Barros

e Lehfeld (2014). Logo, deve-se ter a preocupação com a definição de normas e critérios para que o processo a ser utilizado no registro de mensuração tenha licitude e confiabilidade. Para essa constatação, encontramos em Gil (2010) a necessidade da aplicação de fontes documentais, entrevistas e observações para o efetivo diagnóstico de pesquisa. Para esta pesquisa, foi utilizado apenas um desses mecanismos para a coleta dos dados deste estudo: a análise de documentos.

Para tanto, com base na descrição da natureza e objetivo desta pesquisa, fui em busca de obter a resposta para o questionamento: Como se desenvolveram as políticas educacionais relacionadas à distorção idade-série no ensino público municipal de Porto Alegre a partir da promulgação da Lei 9396/96 – LDBEN?

Constituindo como fonte inicial de evidências para análise os documentos orientadores da SMED sobre correção de fluxo escolar e a Resolução do Conselho Municipal de Educação – CME 16/2016 que trata sobre a questão da frequência escolar e situações de infrequências.

4.2 COLETA DE DADOS

Segundo Gil (2010), as fontes de “papel” são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientes para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo.

Para analisar a taxa de distorção idade-série, foi utilizado como instrumento principal a técnica de análise documental.

4.2.1 Análise Documental

Esta pesquisa concentrou-se em análise dos documentos institucionais provenientes da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED-POA) validados e reestruturados a partir do Caderno Pedagógico 9 (1998) até 2023, além de documentos normativos do Ministério da Educação, a partir da instituição da LDBEN 9394/96 e, em paralelo, análise de portarias, leis, pareceres, ofícios, normativas e programas próprios do município que se referiram à questão da distorção idade-série e à correção de fluxo escolar. Assim como, Plano Municipal de Educação da cidade de Novo Hamburgo (NOVO HAMBURGO, 2015), Plano Político-Pedagógico e normativas educacionais de Canoas e São Leopoldo.

Para Gil (2002) a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais. É a documentação elaborada para determinado público e pode ser constituída de documentos institucionais mantidos em arquivos, documentos pessoais, materiais elaborados a fim de divulgação, documentos jurídicos, iconográficos e registros estatísticos (GIL, 2002).

4.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi conduzida seguindo a abordagem de análise de conteúdo, que segundo Bardim (2016) esta tem a finalidade de realizar deduções lógicas e justificadas sobre a origem das mensagens. A técnica de arrecadação de dados por análise documental contém diversos tipos de documentos, conforme Cellard (2008, p. 303) e é o “momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave”.

Para validar sobre o significado do processo de análise de conteúdo, Mendes e Miskulin (2017) ressaltam a importância para a qualidade da documentação e dos registros, tendo em vista a questão da confiabilidade dos dados e das interpretações que deles surgirem. Para que isso ocorra, o uso da técnica de leitura analítica “é um dos instrumentos em que o pesquisador deverá se apoiar para o desenvolvimento da fase de análise de conteúdo” (BARROS; LEHFELD, 2014, p. 98).

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

O motivo propulsor à realização desta pesquisa foi o trabalho desenvolvido junto às escolas da Rede pública municipal de Porto Alegre como assessora do Programa de Correção de Fluxo Escolar. No decorrer da pesquisa, foi possível perceber as diferentes estratégias e resultados executado nos demais municípios estudados e o quantitativo não satisfatório em relação aos índices nacionais e estaduais para distorção idade-série.

Com o estudo dos dados, foi possível perceber que as estratégias desenvolvidas superam os modelos tradicionais de organização escolar, centrados na transmissão de conhecimento, tendo em vista uma transformação do olhar pedagógico voltado para os estudantes através de planejamento reverso, ampliação do tempo na escola e turmas diferenciadas, a exemplo.

Esta pesquisa visou apresentar políticas educacionais da educação básica, representar o indicador de distorção, contextualizar os desafios educacionais e comparar os documentos e os dados de distorção entre os municípios analisados. Os dados levantados contribuíram com subsídios teóricos fundamentais para a compreensão do contexto educacional contemporâneo relacionados com a distorção idade-série de Porto Alegre, bem como a nível federal e estadual, conforme será demonstrado a seguir.

5.1 INSTRUMENTOS ANALISADOS

Os instrumentos que compuseram a pesquisa foram:

- linha da taxa de distorção idade-série do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre (2019 a 2023);
- taxas de distorção idade-série de Porto Alegre;
- taxas de distorção idade-série de São Leopoldo;
- taxas de distorção idade-série de Canos;
- taxas de distorção idade-série de Novo Hamburgo.

A exploração dos instrumentos consolidou-se através da plataforma de educação do INEP, dos documentos institucionais dos municípios, das Diretrizes dos programas de aceleração dos municípios pesquisados, Plano Político Pedagógico das

Secretarias; Plano Municipal de Educação de Canoas e Resolução do CME de Porto Alegre e Novo Hamburgo.

Esta análise procura responder a dois objetivos específicos proposto pelo trabalho, são eles: b) Apresentar o indicador da distorção idade-série da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo; e d) Analisar os documentos e os dados de distorção entre os municípios em questão. Para isso, os dados serão desenvolvidos de acordo com os temas.

5.1.1 Linha da taxa de distorção idade-série do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre (2019 a 2023)

De acordo com o nível de proposição, iniciando pela análise dos índices de distorção de Porto Alegre em relação aos índices federal e estadual, conforme segue a tabela.

Tabela 2 – Linha da taxa de distorção idade-série do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre (2019 a 2023)

	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE			
	AI*	AF**	AI	AF	AI	AF
2019	11,6%	28,7%	11,9%	32,6%	22,2%	47,6
2020	10,6%	27,6%	11,2%	32,4%	20,6%	48,2%
2021	8,1%	25,8%	7,3%	30,2%	13,8%	46,3%
2022	7,4	22,8%	5,9%	25,2%	9,8%	39,9%
2023	8%	21%	7,3%	22,6%	11,5%	33,9%

Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados do INEP.

*AI - Anos Iniciais

**AF - Anos Finais

A distorção idade-série é um indicador que mensura a proporção de alunos com atraso escolar, ou seja, aqueles com idade superior à esperada para a série em que estão matriculados. Em Porto Alegre, conforme quadro acima, esse índice tem apresentado variações ao longo dos anos.

Em 2020, a taxa de distorção idade-série, nos anos finais do ensino fundamental, superou negativamente as expectativas, ficando em 48,2%, superior à média nacional de 27,6% e ao índice do Rio Grande do Sul, que foi de 32,4%. O que

representa uma taxa significativa de equivalência, pois a cada 100 alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental, 48 estão em distorção. Nos anos iniciais, a taxa foi de 20,6% dos alunos matriculados, ainda superior à média do estado que é de 11,2% e à média nacional de 10,6%.

No entanto, em 2023, períodos no qual os índices de distorção de Porto Alegre reduziram significativamente, tendo em vista o histórico da capital gaúcha, a taxa dos anos finais do ensino fundamental baixou para 33,9%, ainda superior aos 21% da média nacional e dos 22,6% da média do estado. Melhorando até a relação entre margem de percentual entre eles, resultado favorável que pode estar atribuído às políticas educacionais visando reduzir esses índices lançando o programa para corrigir a distorção idade-série.

O programa de correção de fluxo escolar da Rede de Porto Alegre é direcionado ao público com distorção de, pelo menos, dois anos que são enturados em diferenciadas, com o número de professores reduzidos, planejamento coletivo e interdisciplinar através de projetos, atendimento em laboratório de aprendizagem, controle da frequência pela busca ativa, currículo priorizado, materiais de apoio pedagógico e ampliação do tempo na escola através de projetos institucionais. O Art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) regulamenta a possibilidade de avanço nas séries escolares, ficando a critério da escola reclassificar os alunos de acordo com o rendimento e capacidade intelectual do estudante. Dentro desta perspectiva, a aceleração ocorre até dois anos ou, em casos de estudantes de múltipla repetência, sendo permitido acelerar mais de dois anos. O diferencial da proposta é o Plano de Ação, este é voltado para os estudantes que seguem frequentando turmas regulares. Para este Plano, deverá ser elaborada uma estratégia individualizada a fim de que garanta os mesmos direitos de aceleração de aprendizagem e a adequação da idade na série correspondente conforme Tabela 3 - sobre faixa etária regular/Distorção idade-série.

Já os anos iniciais do ensino fundamental teve seu menor índice de distorção idade-série no ano de 2022, média de 9,8%, resultado favorável e de possível justificativa da progressão e matrícula automática conforme orientação nacional devido ao período pandêmico da Covid-19. Percentual próximo dos 7,4% da média nacional e 5,9% da média estadual.

Dentro do quadro analisado é possível perceber que Porto Alegre ainda está muito distante dos índices de distorção idade-série nacional e estadual. Demonstrado que ainda necessita qualificar as políticas educacionais para esse público.

5.1.2 Análise documental de Porto Alegre

Segue um levantamento dos dados da cidade de Porto Alegre relacionados ao desempenho quantitativo da distorção idade-série de 2006 até o ano de 2023, além de número de alunos matriculados no referido período. Em destaque ficará os últimos cinco anos, período no qual houve uma queda de percentual de distorção devido ao período de pandemia Covid-19, momento em que houve progressão e matrícula automática nas escolas, implementação de políticas e ações que reduzissem a distorção e um maior acompanhamento pedagógico da assessoria da SMED junto às escolas.

De 1998 até 2005, não há registro dos indicadores de distorção nas plataformas oficiais de educação, INEP e QEdu, por exemplo. Segundo uma apuração dos dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2005 o levantamento do censo não era estratificado individualmente, não podendo ser extraído o quantitativo de distorção idade-série e, a partir de 2006, foi modificado a forma de coleta de dados passando a ser possível o levantamento do percentual.

O recorte temporal de 1998 ocorre devido ao fato de ser considerado a referência para a Rede municipal de educação de Porto Alegre, marcado pela Assembleia de Educação e pela elaboração dos Cadernos Pedagógicos como lançamento de uma política pública específica da Rede municipal de educação na cidade tendo como um dos focos a questão da distorção idade-série.

Para melhor elucidar a linha temporal dos fatos relacionados, segue abaixo uma tabela com o número de estudantes matriculados nas escolas da rede pública municipal e a taxa de distorção idade-série dos estudantes dos Anos Iniciais e Anos Finais do ensino fundamental de Porto Alegre.

Tabela 3 – Matrículas e da taxa de distorção idade-série de Porto Alegre de 1998 a 2023

ANO	Nº MATRÍCULA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
1998	37.818	NC	NC
1999	43.886	NC	NC
2000	48.944	NC	NC
2001	48.947	NC	NC
2002	48.715	NC	NC
2003	50.823	NC	NC
2004	50.008	NC	NC
2005	50.050	NC	NC
2006	50.743	26,4%	50%
2007	47.021	25,5%	48,8%
2008	38.091	20,1%	32%
2009	37.897	22,6%	34,1%
2010	37.259	25,7%	34,1%
2011	36.624	28,2%	35,2%
2012	35.852	26,8%	40%
2013	34.703	25,3%	42,2%
2014	33.440	24,5%	45,5%
2015	34.432	22,7%	46,9%
2016	34.080	22%	46,1%
2017	33.949	21,1%	45,7%
2018	33.730	21,1%	46,5%
2019	32.595	22,2%	47%
2020	34.280	20,6%	48,2%
2021	35.689	13,8%	46,3%
2022	35.242	9,8%	39,9%
2023	35.047	11,5%	33,9%

Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados do INEP (2023).
NC: não constam informações na plataforma do INEP.

Como é possível perceber, historicamente, em dezessete anos (2006-2023) Porto Alegre reduziu pouco a taxa de distorção idade-série. Usando como ano comparativo o marco de 2006, o percentual de 50% de estudantes em distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, ou seja, de cada 100 alunos, 50 deles estavam fora da idade, em um universo de matrícula real de 50.743 mil alunos matriculados. Entre os anos de 1998 a 2006, Porto Alegre aumentou o número de matrículas nas escolas e o destaque vai para a linha do tempo entre 2003 e 2006, com maior número de matrículas da rede pública municipal de Porto Alegre, passando por uma “queda-livre” de inscrições a partir de 2007, chegando em 2023 com apenas 35.047 mil matrículas, uma redução de 15.696 mil estudantes matriculados entre as matrículas de 2006 e 2023, sem uma identificação concreta do que ocorreu.

Outro dado que é possível aferir da tabela é que a taxa da distorção dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais é menor do que a taxa dos anos finais. Assim como a baixa oscilação em percentual de um ano para o outro. Porém, é de considerável relevância a queda no percentual de alunos dos anos iniciais em distorção idade-série de 2020 a 2022, fato esse, que pode estar relacionado com o reflexo do período pandêmico Covid-19 e a aprovação continuada conforme Parecer nº 03/2020 do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA), o qual foi deliberado por meio da Portaria 175/2020¹⁰, de 4 de dezembro de 2020, as diretrizes e procedimentos do processo de rematrícula de forma automática para os alunos da Rede Municipal de Porto Alegre e Escolas Parceiras para o ano de 2021. Todavia, percebe-se que a redução não ocorre em grandes proporções com os alunos dos anos finais do ensino fundamental, sendo assim, consolidando demanda da retomada de um programa voltado para a correção da distorção idade-série para o município de Porto Alegre assim como as progressões do Caderno Pedagógico 9 da SMED (1998) e documento orientador da SMED (2019).

Em resposta à demanda consolidada pelos índices, a fim de reduzir a distorção idade-série dos estudantes da rede pública municipal, a SMED retorna às propostas articuladas de política educacional voltadas ao referido público através de estratégias de aceleração de aprendizagem. Essa estratégia vinculou-se à elaboração de um Programa de correção de fluxo escolar, utilizando como mecanismo de composição e agrupamento dos alunos em turma específicas o mapeamento destes através do

¹⁰ https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3934_ce_322299_1.pdf

censo escolar e novas matrículas. Segundo Sequeira e Rodrigues (2024) o Programa foi elaborado voltado ao atendimento diferenciado, através turmas seriadas ou com agrupamento multisseriado de acordo no quantitativo de distorção de cada escola e a necessidade (nivelado dentro da proposta do ciclo de aprendizagem devido ao sistema educacional utilizado pela secretaria de educação 4º5º6º anos (2º ciclo) e 7º8º anos (3º ciclo), bem como, ofertado atendimento individualizado para quem estivesse em distorção, porém em turmas regulares. Para esses atendimentos, não estão contemplados estudantes com necessidades educacionais especiais.

Para que ocorresse a aceleração de aprendizagem com qualidade na aprendizagem, ainda em Sequeira e Rodrigues (2024), no documento Diretrizes do Programa de correção de fluxo escolar de Porto Alegre (2021-2024), ficou estabelecido que a base curricular seria de um currículo priorizado (parceria com o Instituto Reúna), redução do número de estudantes em cada turma de aceleração e no número de professores para o atendimento das turmas a fim de estimular o vínculo entre as partes envolvidas como uma estratégia para garantir a permanência desses estudantes no ambiente escolar. Assim como intensificar a Busca Ativa (busca pelo aluno que está afastado da escola sem justificativa) na perspectiva do retorno ao ambiente escolar com qualidade, quando necessário, a abertura da FICAI 4.0 para evitar o abandono. Além disso, em relação às ações pedagógicas, as estratégias ofertadas direcionadas ao incentivo do tempo integralizado do aluno vinculados aos projetos temáticos, o atendimento no Laboratório de aprendizagem para aqueles com maior dificuldade da consolidação das aprendizagens, o planejamento reverso (quando se planeja a partir do conhecimento dos alunos) e arranjos pedagógicos (ações diferenciadas para buscar maior equidade na aprendizagem).

Dessas ações, destaque para o planejamento reverso, sendo este talvez o principal definidor das ações pedagógicas voltadas para aquilo que se espera que o estudante comprehenda, conforme traz D'Maschio (2022) a partir de um encontro formativo entre Khan Academy em parceria com a Sincroniza Educação:

A estratégia do planejamento reverso, intitulada originalmente como “Backward Design” pelos educadores Grant Wiggins (1950-2015) e Jay McTighe, sugere três etapas que devem ser construídas: identificar os resultados desejados, determinar evidências aceitáveis e, por fim, planejar as atividades (D'MASCHIO, 2022, [n/p.]).

Juntamente com as estratégias pedagógicas ofertadas, foi observado que havia a necessidade de qualificar o ensino-aprendizagem e, para isso, a oferta de formação

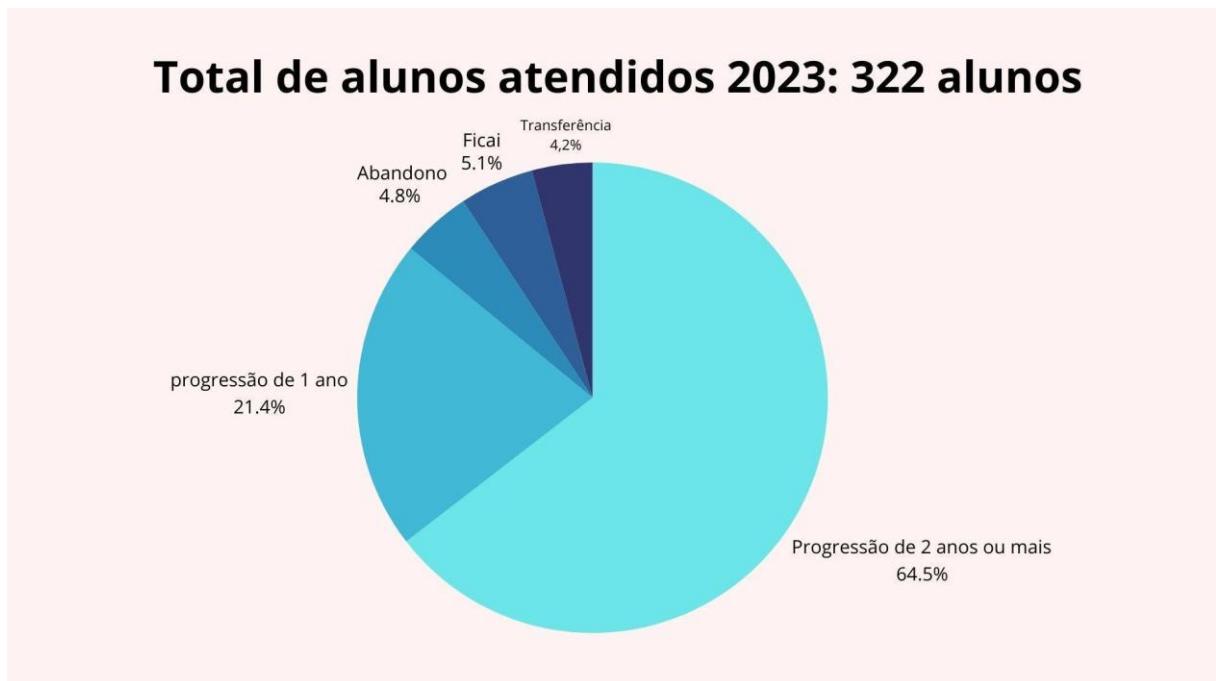
continuada, tanto professor quanto supervisor, foi significativamente importante, pois nesses momentos de encontro formativo ocorrem as reflexões e as trocas de vivências do grande grupo. Essas formações foram ministradas por profissionais da área de aceleração de aprendizagem do município de São Leopoldo e por mim, como coordenadora da Correção de Fluxo da Rede de Porto Alegre, de 2022 a 2024. Outro ponto significativo para a qualificação do atendimento foi o acompanhamento da assessoria exclusiva para o programa. A assessoria pedagógica da SMED acompanhou e orientou todas as movimentações dos estudantes, bem como, participou dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas com os professores nas escolas e auxiliou no desenvolvimento de estratégias mais adequadas a determinados grupos conforme a necessidade das escolas. Através do acompanhamento e planejamento individualizado foi possível observar dificuldades e as potencialidades de cada aluno atendido pelo programa durante os anos de 2022 e 2023, a fim de garantir a reversão do fracasso escolar em sucesso na aceleração de aprendizagem.

Retornando à tabela acima, dentro do período de análise dos cinco anos, o ano de menor taxa de distorção é de 2023, período pelo qual houve um investimento profissional em assessoria técnica para o apoio e pedagógico com a aquisição de materiais para a execução do programa como:

- mobiliários: armários de madeira, classes escolares, cadeiras.
- kit de tecnologia: tela interativa
- materiais: ábaco, globo terrestre, calculadora, planetário sistemas solar, mapa telado, folhas A4.

Para comprovar a efetividade do atendimento e dos resultados de Porto Alegre, segue abaixo o gráfico com análise dos resultados do ano de 2023, ano de maior acompanhamento da assessoria da SMED e melhor resultado.

Gráfico 1 – Aproveitamento do programa de correção de fluxo escolar no ano de 2023

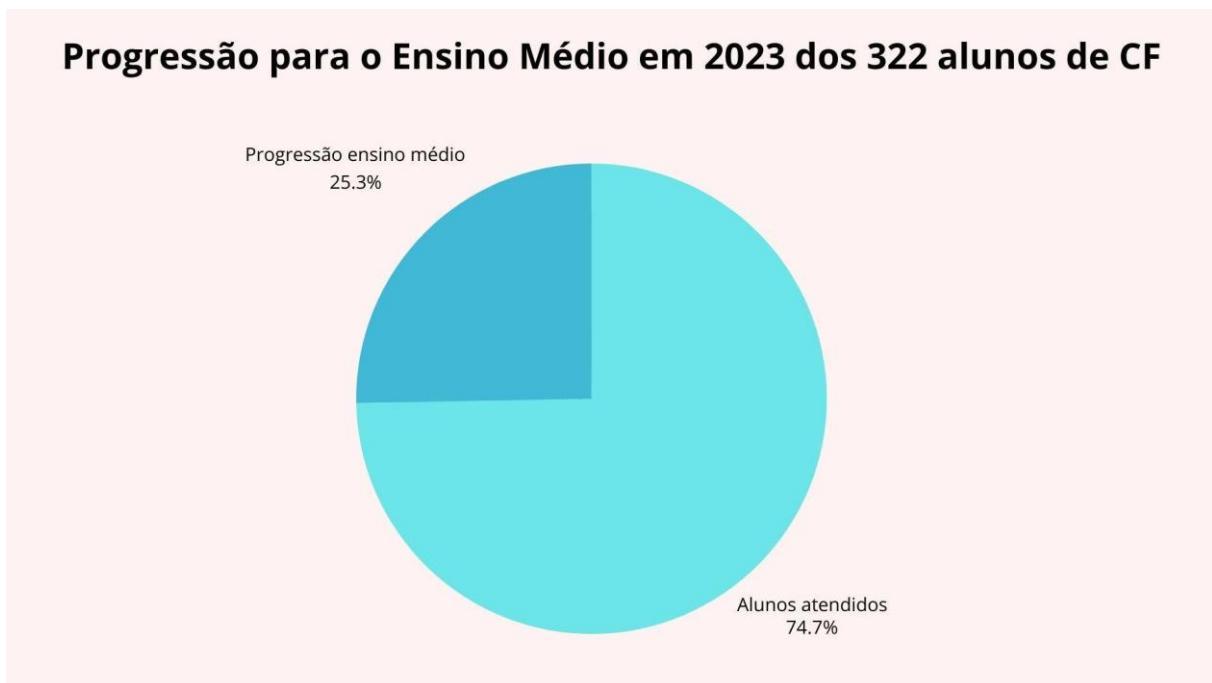


Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – 2023.

No ano de 2023, foram atendidos em turmas de aceleração de aprendizagem 322 alunos, acompanhados individualmente pela escola e pela assessoria da SMED. Ao final do ano, foi possível realizar o levantamento comprobatório do aproveitamento dos estudantes e a movimentação para o ano seguinte em 2024. Destes atendidos: dentro da proposta de progressão de dois anos ou mais, em apenas um ano, obtivemos um percentual de 64,5% que foram aprovados e progressão simples (de apenas um ano), foram 21,4%, totalizando um aproveitamento de 85,9% de aprovação. Outro destaque para este ano foi a redução expressiva do número de estudantes que se ausentaram ao longo do ano, apenas 5,1% de abertura da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) ao Conselho Tutelar, destes, 4,8% de abandono escolar e 4,2% foi de transferência para outra escola.

Situação atípica, porém, de grande contribuição para a aceleração e a recolocação dos estudantes na série correspondente à sua idade foi a possibilidade de progressão para o ensino médio, mediante análise de fatores como idade adequada, maturidade emocional e conhecimento cognitivo suficiente para a aprovação com conhecimento e qualidade para o ensino médio. Esse levantamento é demonstrado no gráfico disponibilizado a seguir.

Gráfico 2 – Aproveitamento da progressão dos alunos para o ensino médio ao final do ano de 2023



Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – 2023.

Dos 322 alunos em distorção idade que foram atendidos pelo programa em 2023, 25,3% obtiveram a progressão para o ensino médio, de acordo com o grau de conhecimento e avaliação de idade correspondente. Os demais, 74,7%, progrediram dentro das séries do ensino fundamental.

Para demonstrar parte das estratégias e ações pedagógicas ofertadas pelas escolas dentro do programa de aceleração mencionada anteriormente, seguem imagens: produções de livros de alunos de turmas de CF e saídas para atividades pedagógicas e dinâmicas de sala de aula nos anos de 2022 e 2023 das escolas municipais de Porto Alegre como parte de reconhecimento e valorização do esforço e da importância desse atendimento diferenciado com as turmas de CF que ajudam a comprovar a importância de planejamento reverso e arranjos pedagógicos variados.

Figura 4 – Produção textual de alunos de turmas de correção de fluxo escolar de Porto Alegre (EMEF Saint Hilaire [2022] e EMEF Monte Cristo [2023]) e atividades diferenciadas



Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre - 2022/2023.

Dentro da análise documental das ações e resultados das estratégias utilizada pela Secretaria municipal de educação de Porto Alegre, é pertinente retomar que aderir a um programa específico de aceleração de aprendizagem tem muitas oportunidades aos estudantes e desafios aos gestores. Assim como trouxeram Parente e Lück (2024), ações eficazes deverão ser promovidas para a realização atendimentos diferenciados, sendo necessário estimular e colocar em evidência o que foi descoberto como práticas que deram certo.

Também é importante relembrar que a aceleração de aprendizagem é uma estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para os alunos defasados (MENEZES, 2001), no entanto, o levantamento dos dados através da tabela introdutória demonstrou que não houve esse tipo de preocupação no município ao longo desses 25 anos a ponto de se obter resultados satisfatório.

5.1.3 Análise documental de São Leopoldo

São Leopoldo, município da Região Metropolitana de Porto Alegre, com 217.410 mil habitantes, segundo Censo de 2022 são 35 escolas municipais urbanas,

totalizando 17.685 mil alunos matriculados no ensino fundamental entre anos iniciais e finais (INEP, 2023), possui um documento normativo de aceleração de aprendizagem - Documento Normativo do Acelera 2021/2024, que dá as diretrizes do processo de aceleração dentro de classificação por faixa etária. Está dividido em: Acelera I - com estudantes de 12 a 15 anos que frequentam 4^a, 5^a e 6^a séries; Acelera I noturno - estudantes com mais de 15 anos; Acelera II - estudantes a partir de 15 anos que frequentam 7^a, 8^a e 9^a séries. Não sendo contemplados estudantes com necessidades educacionais especiais. A Tabela 5 apresenta os dados da taxa de distorção idade-série de São Leopoldo.

Tabela 4 – Linha da taxa de distorção idade-série de **São Leopoldo** de 2019 a 2023

ANO	Nº MATRÍCULA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2019	17.902	14,8%	39,5%
2020	18.257	14,2%	39,6%
2021	18.156	8,6%	35,8%
2022	17.822	5,5%	28,1%
2023	17.685	7,9%	26,12%

Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados do INEP 2023.

O município tem um programa consolidado e estruturado, no entanto, ainda com poucos resultados, pois obteve uma pequena variação nas taxas, ou seja, ficou abaixo da média nacional (7,4% em 2022 e 8% em 2023) e estadual (5,9% em 2022 e 7,3% em 2023), São Leopoldo superou nos dois últimos anos e somente nos anos iniciais, sendo essas 5,5% e 7,9% respectivamente.

Para a implementação do programa de aceleração das aprendizagens, foi pensado para o planejamento pedagógico um currículo que garanta a presença dos conteúdos básicos de cada área do conhecimento para os estudantes dos Acelera I e para o Acelera II os componentes curriculares obrigatórios. Bem como estratégias diferenciais e formação para professores, mediante orientação da coordenação pedagógica das escolas e assessoria e acompanhamento da Secretaria de Educação.

Nas diretrizes do programa, também constam as necessidades para o perfil do professor que trabalha com turmas de aceleração, dando ênfase para: flexibilidade,

trabalho coletivo e ao diálogo; trabalho com interdisciplinaridade; e atenção para as defasagens e potencialidades de aprendizagem individuais.

5.1.4 Análise documental de Canoas

Canoas, cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, com 347.657 mil habitantes, segundo Censo de 2022 são 43 escolas municipais urbanas, totalizando 25,798 mil alunos matriculados no ensino fundamental entre anos iniciais e finais (INEP, 2023) investe em iniciativas visando à aceleração da aprendizagem e à redução da distorção idade-série entre seus estudantes, uma delas é a adesão ao Aceleração RS - Anos Finais. Este é um Programa de Aceleração das Aprendizagens, uma iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Lançado em 2019, o programa visa corrigir a distorção idade-série dos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, conforme anunciado no Site da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Segue abaixo a taxa de distorção idade-série de 2019 até 2023 para análise.

Tabela 5 – Linha da taxa de distorção idade-série de **Canoas** de 2019 a 2023

ANO	Nº MATRÍCULA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2019	26.104	16.6%	40.9%
2020	26.369	16.9%	42%
2021	27.032	11%	38.5%
2022	26.661	8.7%	32.7%
2023	25.798	12.4%	31.6%

Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados do INEP 2023.

O período de 2019 a 2023 coincide com a adesão ao Aceleração RS - Ano Finais, sendo possível perceber a redução do percentual, mesmo em período de pandemia Covid-19. Este programa oportuniza a progressão de acordo com a idade e a série correspondente, priorizando o atendimento através de metodologia própria e turmas reduzidas. Além disso, Canoas também investe em ações como o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE – CANOAS, 2022). O município implementou o PDE com foco na melhoria do desempenho escolar. O programa analisa o

desempenho do Sistema de Avaliação Escolar Municipal (SAEM) aplicado aos alunos do 3º Ano, visando identificar áreas de melhoria e estratégias para aceleração do aprendizado.

Outras ações que vinculam as práticas pedagógica estão presentes no Plano Político pedagógico e no Plano Municipal de Educação (214-2124) onde está a META 2 – “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME” que visa a garantia das condições mínimas para o atendimento.

5.1.5 Análise documental de Novo Hamburgo

Novo Hamburgo, município da Região Metropolitana de Porto Alegre, com 227.647 mil habitantes, segundo Censo de 2022, com 43 escolas municipais urbanas, totalizando 14.212 mil alunos matriculados no ensino fundamental entre anos iniciais e finais (INEP, 2023) possui um Programa de Aceleração das Aprendizagens¹¹ desde 2022 que dá as diretrizes do processo de aceleração dentro de reclassificação por faixa etária. Inicialmente, as turmas foram implementadas para o público dos anos finais do ensino fundamental em quatro escolas, tendo como possibilidade de ampliação de acordo com os resultados dos monitoramentos e da avaliação do processo de ensino. Seguem as taxas correspondentes ao período estabelecido para análise do conteúdo.

¹¹ **Programa de Aceleração das Aprendizagens:** a implementação de classes de aceleração tem como propósito possibilitar a reclassificação progressiva de estudantes em distorção idade-série, por meio de um atendimento personalizado, com foco nas suas potencialidades e no desenvolvimento e consolidação das aprendizagens a que eles/as têm direito. A classe de aceleração consiste em uma turma multisseriada que tem como objetivo ofertar uma proposta pedagógica que dê conta de garantir os direitos de aprendizagem e, ao mesmo tempo, oportunizar lhes a correção de fluxo. A opção da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo, em 2022, é de implementar essas turmas para o público dos anos finais em quatro escolas. Nos anos subsequentes, na medida em que o monitoramento dos resultados e a avaliação dos processos forem ocorrendo, haverá possibilidade de ampliação de turmas de aceleração nas diferentes escolas da Rede Municipal de Ensino que apresentarem matrícula significativa de estudantes em distorção, a partir da avaliação da equipe pedagógica da SMED em conjunto com as equipes diretivas das escolas.

Tabela 6 – Linha da taxa de distorção idade-série de Novo Hamburgo de 2019 a 2023

ANO	Nº MATRÍCULA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2019	14.419	7.5%	27%
2020	14.416	6.5%	26.8%
2021	14.433	3.7%	22.9%
2022	14.497	2.4%	18.5%
2023	14.212	2.5%	12.6%

Fonte: Elaborado pela autora - baseado nos dados do INEP 2023.

Dentre os quatro municípios pré-estabelecido para o estudo desta pesquisa, destaca-se o município de Novo Hamburgo no quesito de baixo índice de estudantes em distorção idade-série. Durante os cinco anos em questão, os índices foram abaixo da média nacional e estadual. Ao efetuar a pesquisa dos documentos para investigar, ressalto o Parecer Nº 28/2021 do Conselho Municipal de Educação de Novo Hamburgo (NOVO HAMBURGO, 2021), nele está a apresentação do programa e a organização que deve ser cumprida. Importante trazer que a questão de flexibilização do currículo também é de grande valia, conforme Resolução CME/NH 28/2021:

2.5.2 Quanto a Prática de Adaptação e de Flexibilização Curricular Para a Rede Municipal de Ensino, consta no Documento Orientador (Caderno 3) a adaptação e a flexibilização curricular como processos diferenciados, apesar de terem como objetivo comum tornar os conhecimentos acessíveis a todos, de forma qualificada. A ideia é que estudantes com dificuldades nos processos de leitura, escrita e aprendizagens diversas, tenham acesso ao currículo e aos seus direitos de aprendizagem. O público-alvo da flexibilização curricular são os estudantes que estão em distorção idade/série, com flexibilização curricular, mudanças didáticas metodológicas que possibilitem as aprendizagens e planejamento de ações de transição e acolhimento (NOVO HAMBURGO, 2021, p. 3).

A flexibilização do currículo torna mais acessível a organização das estratégias pedagógicas tendo em vista a necessidade específica para os atendimentos de turma diferenciadas de aceleração de aprendizagem. Com isso, o município fez a previsão poder contar com um professor referência, licenciado em Pedagogia, para acompanhar a turma na totalidade da carga horária, e este faria a articulação com os demais professores das diferentes áreas do conhecimento. Esse professor referência desenvolve um papel importante para o vínculo com os estudantes e servir de apoio

para eles, também serve como um facilitador da interlocução entre estudantes, familiares e escola, “prevenindo a evasão escolar, promovendo a inclusão e fortalecendo a relação escola-família” (LEMES, 2024, p.370). Podendo ocorrer momentos de bidocência, a fim de promover a articulação entre professor referência, professores de área e coordenador de laboratório de informática educativa. A proposta pedagógica de organização curricular é conduzida por meio do ensino pela pesquisa, cada escola pode organizar um Plano de Trabalho de forma que contemple o diagnóstico de cada turma multisseriada, com uma proposta de projetos de pesquisa e as habilidades que serão trabalhadas. Esse Plano de Trabalho deve ser “construído pelo coletivo de professores, orientado pela coordenação pedagógica da escola, sob o acompanhamento da Mantenedora”, conforme CME/NH/2021. Essa organização curricular, segundo Lakatos e Marconi (2017), poderá ser por processo de pesquisa estruturado e sistemático, de forma organizada, critérios contemplados para um planejamento dos conteúdos e atividades, podendo relacionar com metodologia científica. Também são ofertadas outras ações em paralelo ao de aceleração - Programa Movimentos e Vivências na Educação Integral (MOVE) - a fim de qualificar as aprendizagens, diversificar as experiências e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes; FICAI 4.0 – são ações com o grupo de trabalho para combater evasão escolar através da Rede de Apoio à Escola (RAE) que é articulada por diferentes órgãos, tais como: Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social e Coordenadoria Regional de Educação, através da iniciativa do Ministério Público do Rio Grande do Sul, conforme divulgado no Site da Prefeitura de Novo Hamburgo (2024).

Em relação aos professores, trabalhar de forma coletiva e integrada, através de elaboração dos Planos de Trabalho e organização dos projetos de pesquisa interdisciplinares, que deverão ser orientados pela coordenação pedagógica da escola, sob acompanhamento da assessoria pedagógica da Secretaria de Educação.

A Linha da taxa de distorção idade-série de Novo Hamburgo de 2019 a 2023 já demonstra os resultados efetivos do Programa de Aceleração de Aprendizagem, tendo em vista a ações pautadas e organizadas mediante a validação do CME/RH, bem como, a orientação para a inserção da proposta no Regimento Interno das escolas e no Plano Político Pedagógico.

6 PARECER SOBRE A ANÁLISE DOCUMENTAL DOS MUNICÍPIOS

Entre 2019 e 2023, foram implementadas diversas políticas educacionais visando reduzir a distorção idade-série na educação básica. Essas iniciativas incluíram programas como Aceleração tanto para os anos iniciais como para os anos finais do ensino fundamental com o objetivo de corrigir a defasagem de idade-série dos estudantes.

No que se refere a número real de matrículas, Porto Alegre destaca-se, com mais de 35 mil alunos matriculados nos últimos três anos. O município mais próximo do quantitativo de Porto Alegre é de Canoas, com uma linha de estabilidade em 26 mil matrículas, com uma pequena variação para 27 mil em 2021 e uma redução em 2023 para 25 mil. Por outro lado, com uma expressão bem menor, segue São Leopoldo em uma média de 17 mil e Novo Hamburgo com 14 mil.

Já no indicativo de taxa de distorção idade-série, o destaque é para o município de Novo Hamburgo, no que diz respeito aos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, com uma redução significativa da taxa dos anos iniciais de 7.5% para 2.5% e nos anos finais de 27% para 12.6%, superando inclusive a média nacional e estadual. Em relação aos resultados dos índices dos anos finais, também está abaixo da média geral, saindo de 27% e passando para 12.6%, embora um pouco elevado em relação aos anos iniciais. Esse município possui um Programa de Aceleração das Aprendizagens com classe de aceleração para a reclassificação progressiva dos estudantes. A proposta iniciou em quatro escolas, para gradativamente ampliar de acordo com a necessidade.

Na sequência, o município de São Leopoldo com as taxas de menor distorção dentre os quatro municípios, porém sua taxa permanece superior à média nacional e estadual, com exceção dos dois últimos anos nos anos iniciais, 5.5% em 2022 e 7.9% em 2023. Esse município possui um documento normativo de aceleração de aprendizagem - Documento Normativo do Acelera 2021/2024 – que dá as diretrizes do processo de aceleração dentro de classificação por faixa etária.

Os municípios de Canoas e Porto Alegre estão muito próximos nas taxas de distorção idade-série, ambos com os índices superiores à média nacional e estadual. Porém percebe-se uma redução das taxas, pois Canoas passou de 16.6% para 12.4% nos anos iniciais e de 40.9% para 31.6% nos anos finais e Porto Alegre reduziu de 22.2% para 11.5% nos anos iniciais e de 47.6% para 33.9% nos anos finais. No

primeiro município, não foi encontrado um documento normativo de aceleração de aprendizagem que desse as diretrizes do processo de aceleração e não está pautado dentro do Plano Político Pedagógico (PPP). Já no segundo, há um documento normativo – Diretrizes do Programa de Correção de Fluxo Escolar de Porto Alegre (2021-2024) – que baliza e orienta detalhadamente todos os processos para o atendimento dos estudantes em distorção, desde a organização das turmas até o processo de registro no histórico escolar.

Dentro da análise do conteúdo, de cada região estudada, é possível destacar alguns pontos que estabelecem relações e outros que poderiam contribuir para a prática de todos. Segue abaixo informações pertinentes às estruturas mínimas das políticas educacionais relacionadas à distorção divulgadas pelas secretarias de educação de cada região.

Quadro 1 – Estruturas mínimas das políticas educacionais relacionadas à distorção

Município	Forma de Adesão	Base Curricular	Formação Continuada	Estratégias pedagógicas
Porto Alegre	Programa	Priorizada	Sim	Turma reduzidas Turmas simples ou multisseriadas Plano de ação individualizado (para alunos que ainda estão em turmas regulares) Redução do número de Professores Laboratório de aprendizagem Planejamento reverso Integralidade com projetos Arranjos Pedagógico Busca Ativa Acompanhamento individualizado do desempenho dos alunos Assessoria, acompanhamento e monitoramento pela Secretaria
São Leopoldo	Programa	Priorizada	Sim	Projetos Acompanhamento individualizado Proposta de recuperação dos estudos Interdisciplinaridade Planejamento coletivo Turma reduzidas Redução do número de Professores Assessoria e monitoramento pela Secretaria
Canoas	Programa	Priorizada	Sim	Metodologia própria Turma reduzida
Novo Hamburgo	Programa	Priorizada	Sim	Turmas reduzidas Professor pedagogo como referência Redução do número de professores Bidocência Planejamento Coletivo Interdisciplinaridade Arranjos pedagógicos Desenvolvimento de projetos por meio da pesquisa Laboratório de Informática Programa MOVE (ampliação da carga-horária na escola) Assessoria, acompanhamento, monitoramento e análise dos dados pela Secretaria Marco de Aprendizagem (currículo da Rede) Termo de acordo com as famílias Contemplado no Regimento das escolas e no Plano Político Pedagógico

Fonte: Elaborado pela autora -Baseado no levantamento feito no Plano Político Pedagógico, Plano Municipal e Diretrizes dos programas e Documentos orientadores das Secretarias Municipais.

Em todos os programas analisados, o público-alvo é sempre voltado para estudantes com distorção idade-série mínima de dois anos, conforme orientados pelas

leis vigentes relacionadas anteriormente neste trabalho, bem como a Figura 1 sobre Faixa etária Regular/Distorção idade-série, disposta no subcapítulo 2.2. Assim como não é público-alvo estudantes com necessidades educacionais especiais. O avanço é de até dois anos para a aceleração, salvo exceções de estudantes com múltiplas reprovações o que eleva a distorção idade para mais de dois anos.

Novo Hamburgo se destaca em muitos aspectos, tanto nos resultados das taxas de distorção idade-série dos últimos cinco anos, como na forma de conduzir a implementação do Programa de Aceleração da Aprendizagem nas escolas. O reconhecimento da necessidade do acompanhamento, orientação e monitoramento pela Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, validado também no Parecer 3/2021 CME/NH faz com que o programa atinja o seu objetivo.

Dentro desta perspectiva de qualificar a ensino-aprendizagem e retomando algumas estruturas mínimas do quadro 1, em políticas educacionais e sua fundamentação, faz-se necessário a atenção para a base curricular, bem como a formação continuada para os professores. No que se refere a políticas educacionais, Paro (2016) reitera a crítica à abordagem mercantil na educação básica pública, defende que é um direito social e não deve ser tratada como um serviço, assim como devem estar relacionadas ao interesse público e comprometidas com equidade. Além de Paro (2016), Arroyo (2011) também trata sobre políticas educacionais e sua necessidade de pensar políticas que permeiem para além da correção de desigualdades intraescolar, propôs analisar os processos históricos de criação e reprodução das desigualdades sociais.

Em relação a base curricular, Arroyo (2006, p 54), questiona sobre não ser possível planejamento de currículo como se os “alunos fossem um bloco homogêneo e um protótipo único de aluno”. Em Arroyo (2011) trata de forma crítica a padronização do currículo escolar trazida pela BNCC, pois esta desconsidera os contextos regionais, culturais e sociais. Com isso, defendendo um planejamento de currículo emancipador, inspirado em Paulo Freire, Arroyo (2007) defende um currículo que “reconheça os sujeitos como históricos e políticos”, respeitando suas identidades e culturas.

Para a reflexão sobre a importância da formação continuada, por ser um processo permanente de aprimoramento e aperfeiçoamento de habilidades necessárias à atividade docente, Arroyo (2023) recentemente trouxe que o questionamento sobre os modelos tradicionais de formação docente, sobre a

sequência linear e a fragmentação do saber, reiterando a necessidade de uma abordagem mais integrada e contextualizada. Paro (2016) já tinha essa perspectiva de que só a formação de maneira isolada não traz resultado na prática, pois formação continuada encontrará limites se não for acompanhada por mudanças nas condições de trabalho, podendo ser estas: tempo, condições de infraestrutura e até salário.

Portanto, para ambos os autores essas questões sobre base curricular e formação continuada são temas que tanto Arroyo quanto Paro abordam de forma crítica e reflexiva, cada uma com abordagens distintas, mas com pontos em comum na defesa da educação como prática social, democrática e emancipatória.

7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Trago como interlocução textual Miguel Arroyo (2008), pois defende uma educação para todos, sem distinção de classe, etnia ou gênero. Ele é um crítico das desigualdades educacionais e sociais e propõe uma educação que promova a justiça social. Dentro desta perspectiva, uma intervenção relacionada à distorção idade-série precisa respeitar os tempos e reclassificar de acordo com o nível de conhecimento, considerando suas habilidades e competências para além do conteúdo da escola.

A melhor intervenção para os casos de distorção idade-série deve ter uma abordagem ampla e diversificada, que leve em consideração as necessidades individuais dos alunos, as condições da escola, da comunidade e as melhores práticas pedagógicas. Porém, para que isso ocorra efetivamente com a qualidade de atendimento que os educandos necessitam, é preciso que a Secretaria de Educação tenha como objetivo central o estudante em distorção idade-série observando que esse público advém de um fracasso escolar, como menciona Sposati (1999), Parente e Lück (2004), Forgiarini e Silva (2007) e Marques (2014).

Diante desse cenário, foi observado na análise dos documentos, que a concepção de Programa de Correção de Fluxo Escolar de Porto Alegre não foi suficientemente definida no plano inicial, o que limitou seu desempenho nos resultados das taxas de distorção.

Como proposta de intervenção, sugiro vislumbrar os passos do município que obteve o melhor desempenho em relação às taxas de distorção idade-série dos últimos cinco anos analisados. Novo Hamburgo seguiu uma proposta focada em tornar o Programa de Aceleração em política pública de educação buscando elaborar um documento orientador; validar mediante parecer do Conselho Municipal de Educação (CME/NH); e orientar para que o Programa fosse contemplado na atualização do Plano Político Pedagógico e Regimento Escolar. Com isso, tornando pública a preocupação e o interesse em corrigir a distorção escolar, proporcionando o retorno dos estudantes à série correspondente a sua idade, tornando possível o sucesso escolar.

Destaco a necessidade de ampliação da assessoria pedagógico na Secretaria de Educação, acompanhar e monitorar os resultados para coletar os dados necessários, sendo possível garantir a qualidade e a eficácia do programa. Segue

abaixo um quadro com o cronograma das intervenções dentro de uma possibilidade mais estrutural.

Quadro 2 – Cronograma de intervenção

(continua)

Intenção	Ação para a proposta de intervenção	Setor responsável pela ação	Tempo implementação	Investimento
Relatório do Censo em distorção	Diagnóstico da rede	Assessoria SMED	30 dias	Não
Apresentar Dados	Apresentação dos dados levantados para as equipes diretivas das quatro escolas	Assessoria e direção das escolas	Uma semana	Locação de espaço
Elaborar o Programa	Apresentação do Programa para as equipes diretivas das escolas	Assessoria, direção e supervisão das escolas	Uma semana	Locação de espaço
Análise do Programa pelo Conselho Municipal de Educação	Encaminhar o programa ao conselho	CME/POA	30 dias	Não
Regulamentação do Programa como ação pedagógica da SMED	Validação do Programa pelo CME/POA	CME/POA	90 dias	Não
Regulamentação Regime Escolar e Plano Político Pedagógico	Inserir adendo nos documentos	Direção das escolas orientados e acompanhados pela assessoria da secretaria	Bimestral	Não
Elaboração do Plano de Trabalho e acompanhamento da mantenedora	Encontros pedagógicos nas escolas	Direção, supervisão, professores e Assessoria da secretaria.	15 dias	Locação de espaço
Instituir turmas de aceleração	Análise dos indicativos do Censo Escolar em distorção	Secretaria da escola, supervisão e orientação escolar, acompanhados pela assessoria da Secretaria	Uma semana	Não

(conclusão)

Intenção	Ação para a proposta de intervenção	Setor responsável pela ação	Tempo de implementação	Investimento
Formação	Convocação da Secretaria	Professores de turma de distorção e supervisores escolares	Trimestral	Locação de espaço e contratação de profissionais
Elaboração do Plano de trabalho	Reuniões para planejamento coletivo e interdisciplinar	Professores e supervisores com acompanhamento da assessoria da Secretaria	Trimestral	Não
Monitoramento do Programa	Visitas periódicas	Assessoria e supervisão escolar	Bimestral	Transporte
Ampliação do atendimento	Oferta de projetos no contraturno	Estudantes e professores	Semanalmente	Material paradidático, livros literários, oficinas e jogos

Fonte: Elaborado pela autora.

Através da proposta de intervenção, manifesto meu interesse de que não se perca o olhar no horizonte e que se direcione para aqueles que necessitam de acolhimento e amparo para trilhar seus caminhos de forma digna e honrosa, com ensino de qualidade e sua reclassificação em um lugar que lhes é de direito, com o intuito de eliminar o fracasso e buscar o sucesso escolar, pois é através da escola que as metamorfoses ocorrem, conforme Nóvoa e Alvim (2022):

Os novos ambientes escolares não surgirão espontaneamente. Os professores têm um papel essencial na sua criação. Graças ao seu conhecimento próprio e à sua experiência profissional têm uma responsabilidade maior na metamorfose da escola. Para isso, devem fazer apelo às suas capacidades de colaboração e construir pontes, dentro e fora da profissão, na escola e na sociedade (NÓVOA; ALVIM, 2022, p. 45).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o embasamento teórico que sustenta este trabalho e a análise documental realizada, foi possível perceber que a questão da distorção idade-série é evidente não só em Porto Alegre e está presente ao longo dos anos, conforme apresentado no período da pesquisa, com diferentes tipos de abordagens pelo sistema de ensino.

Tendo como objetivo analisar os instrumentos normativos das políticas educacionais aplicadas ao público em distorção idade-série da Educação Básica, a partir das oportunidades das políticas educacionais ofertadas no âmbito nacional e estadual e municipal, considerando as demandas das escolas municipais do município de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo, a pesquisa teve seu percurso desenvolvido através da metodologia de análise de conteúdo, utilizando como técnica análise documental.

Para tratar desse tema de distorção idade-série, foi preciso ampliar a busca para além dos documentos institucionais da proposta de Porto Alegre. A pesquisa teve orientação qualificada ao apresentar as políticas educacionais para correção de fluxo escolar, distorção idade-série na Capital do Rio Grande do Sul e em mais três municípios da região metropolitana: São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo.

Nesta pesquisa, os dados levantados foram imprescindíveis para compreender como a linha do tempo da taxa de distorção idade-série evoluiu no decorrer dos anos determinados. Nesse sentido, a pesquisa oferece suporte para reflexão sobre algumas políticas educacionais apresentadas pelos quatro municípios estudados e sua evolução de acordo com os dados indicadores.

Em relação ao percurso metodológico, é importante destacar a dificuldade encontrada no que tange ao acesso a documentos orientadores das políticas educacionais e aos dados educacionais do período de 1998/2006. Seguindo o processo exploratório de pesquisa, utilizou-se além dos documentos orientadores da SMED/POA, plataformas digitais e sistema educacionais para acessar as informações necessárias a fim de contemplar os objetivos específicos.

Inicialmente cumpriu-se com o objetivo de apresentar políticas educacionais da Educação Básica, relacionadas à distorção idade-série tanto no universo federal quanto estadual e municipal. Em todos os municípios foi apresentado algum tipo de Programa de Aceleração de Aprendizagem.

Em relação a representar o indicador da distorção idade-série da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo, a pesquisa foi realizada de uma forma mais pontual ao período de governança municipal e as suas Metas a cumprir. As taxas foram demonstradas através de tabelas de cada município, bem como a nível federal e estadual.

No objetivo de analisar os documentos das políticas educacionais relacionados com distorção idade-série nos diferentes municípios elencados, foram identificados programas das Secretaria Municipais de Educação de Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Já Canoas, utiliza o Programa Aceleração do governo estadual de educação.

Ao término da análise documental, é possível identificar que há uma necessidade da garantia de Programas Educacionais que envolvam distorção idade-série com mais seriedade, a fim de que haja uma proposta engajada para a aceleração dos estudantes e, assim, de fato ocorra a correção do fluxo escolar, tendo em vista que a recolocação desses implica assumir o seu lugar no ambiente escolar e na sociedade. Tornar as políticas educacionais sobre esta temática contribuirá para que se reduza o fracasso escolar da reprovação, permitindo a aceleração. A questão de tornar as práticas educacionais individualizadas por instituições de ensino e até mesmo de esfera municipal, estadual ou federal, implica em prorrogação ou na transferência do problema da distorção para outra instituição ou rede de ensino.

Em relação ao tema distorção idade-série, a reflexão foi pautada a partir do referencial teórico e metodológico vigente, assim como as plataformas educacionais e suas contribuições no que se refere às taxas de distorção idade-série e sua representatividade dentro dos parâmetros do município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul e Brasil. Além disso, foram apresentados teóricos que contribuíram para a temática tanto sobre a perspectiva dos alunos, como dos professores. A importância da redução do fracasso escolar serviu como base para a reflexão da necessidade de políticas educacionais específicas e, segundo Menezes (2001), que a aceleração de aprendizagem é uma estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para os alunos defasados.

Optou-se por analisar Porto Alegre, pois tem um programa próprio de governo para correção de fluxo escolar, como uma política educacional com práticas direcionadas à aceleração das aprendizagens. Para isso, apresentou-se: a conceituação de distorção idade-série e correção de fluxo escolar; as legislações

vinculadas ao tema; desafios e oportunidades da distorção idade-série; e correção de fluxo escolar. Direcionando, portanto, à Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, assim como, os dados das taxas.

Para a consolidação de análise de dados dos indicadores de distorção, também, foram utilizados os dados de três municípios da região metropolitana, a fim de verificar quais políticas são utilizadas e seus resultados através dos dados de distorção idade-série. Foi possível identificar que urge a necessidade de políticas educacionais institucionalizadas e pautadas legalmente nas secretarias de educação, não sendo apenas políticas de governo, em que ora é importante para cumprir com a meta de governo, outra nem tanto. Assim como políticas que garantem não só o acesso, mas a permanência e a aprendizagem dos estudantes, evitando a reprovão e o abandono/evasão escolar, relembrando que aceleração de aprendizagem, por exemplo, trata de uma mudança de “vetor na política educacional comprometido com resultados permanentes e não como uma mera inovação ou intervenção pedagógica” (OLIVEIRA, 2002, p. 178)

Levando em consideração os fatos, a influência e as ferramentas relacionadas ao público envolvido estão diretamente relacionadas às políticas públicas voltadas à educação ou a ausência dela. Com base na descrição da natureza e objetivo de uma pesquisa, retomando o questionamento: Como se desenvolveram as políticas educacionais relacionadas à distorção idade-série no ensino público municipal de Porto Alegre a partir da promulgação da Lei 9396/96 – LDBEN?

Percebeu-se que nem todas seguem a lógica de programa de correção de fluxo como política educacional, embora todas tenham particularidades em comum como a priorização do currículo e a preocupação com a formação continuada para professores. Além disso, foi possível identificar que Porto Alegre permaneceu com a taxa de distorção elevada no recorte dos últimos cinco anos dentre as cidades analisadas, mesmo tendo um programa próprio de correção de fluxo escolar. Atingiu uma queda considerável na taxa nos últimos dois anos devido ao período de aprovação automática (2021/2022) por consequência da pandemia Covid-19 e do acompanhamento do programa de correção de fluxo escolar (2022/2023). O período do acompanhamento do programa (2022/2023) teve a maior queda na distorção idade-série dos alunos dos anos finais do ensino fundamental atingindo 33,9%, comparado com 2008, quando atingiu 32%. Nesse sentido, é necessário reiterar que uma política efetiva funciona e que o problema da distorção idade-série precisa de

ações mais efetivas e de ações para além da educação, são necessárias políticas sociais que contribuam para a redução da desigualdade social que interfere diretamente no processo de aprendizagem, comprometendo a escolarização dos estudantes.

Portanto, os resultados deste estudo, do ponto de vista metodológico, sugerem a necessidade da busca de um consenso em duas temáticas. Na primeira, o acesso à escola de qualidade e a segunda, a garantia para a permanência com práticas motivadoras e acolhedoras que consigam atrair os estudantes a fim de qualificar o ensino/aprendizagem. Para diagnosticar tais dados, é possível observar o seu rendimento, ou seja, sua situação de aprovação, abandono ou reprovação (dados que podem ser levantados através do Censo Escolar/INEP), e seu desempenho, medido pelas avaliações externas. Desta forma, seria possível uma análise mais refinada da qualidade educacional quanto ao rendimento e ao desempenho dos estudantes ao invés de uma síntese escolar. Para isso, seria necessário que as avaliações fossem direcionadas e validadas por nível de conhecimento. Não apenas no nível da escola como ideal, o que ainda não é possível, pois as avaliações externas estão classificadas pela proficiência da série, deixando os alunos das turmas de correção de fluxo multisseriada sem possível avaliação.

Trouxe como proposta de intervenção a logística do município de Novo Hamburgo, devido ao seu destaque nos baixos índices de distorção e por sua condução do Programa de Aceleração. Ter uma intencionalidade, não basta, precisamos de ações deliberativas que perdurem no sistema educacional, desenvolvendo espaço e oportunidades. É fato que as políticas públicas para a educação brasileira exigem o estudo dos dados existentes de forma muito mais ampla, não apenas como levantamento, mas sim, como investimento na qualificação da aprendizagem dos alunos, a fim de ocorra a aprovação e sucesso escolar, ao invés de reprovação, uma das causas de distorção idade-série. Garantir um espaço de aprendizagem com qualidade e a reclassificação do estudante para a série correspondente a sua idade, bem como, o direito do acesso e permanência no âmbito escolar e da sociedade. Oportunizar aos professores encontros formativos de qualificação profissional para que seja possível a elaboração de planos de trabalhos com êxito. Por fim, mas não menos importante, a proposta de ampliação do atendimento aos estudantes no contraturno escolar e o monitoramento do programa.

Ao término do estudo, foi possível identificar que Porto Alegre possui desafios com relação às taxas de distorção, destacando-se negativamente nos elevados índices de reprovação, tanto nos Anos Iniciais, quanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Nos Anos Finais, chamou atenção que, em 2020, a cada 100 alunos, 48 estavam em distorção, seja por reprovação ou abandono do ensino nos anos anteriores, ficando acima das médias nacionais e estaduais em ambos os segmentos. Em suma, Porto Alegre ainda enfrenta questões relevantes que dificultam proporcionar uma educação de qualidade para todos os seus estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jéssica. Por que acontece a evasão escolar? Entenda. **Educa mais Brasil**, 15 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/por-que-acontece-a-evasao-escolar-entenda>>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ARROYO, Miguel. Reinventar e formar o profissional da educação básica. **Educação em Revista**, v. 19, n. 37, 2023.
- _____. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração Da Educação**, v. 27, n. 1, p. 83-94, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19969>>.
- _____. A cultura da repetência em debate. **Carta na Escola**, v. 21, n/p., 2008. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/blogs/blog-da-maria-fr/2008/4/30/cultura-da-repetencia-em-debate-42006.html>>.
- _____. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In: Beauchamp, J. et al. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. p. 17-52. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>>.
- BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências**: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projetos de pesquisa**: propostas metodológicas. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. 167 p.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da república, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/lei/l13005.htm>.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de**

1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CANOAS. PDE Canoas 2022 – Plano de Desenvolvimento da Educação. Canoas: Prefeitura de Canoas; Agência Futuro, 2022.

CANOAS. Projeto Político-Pedagógico. Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas; Secretaria Municipal da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/PPP_RMEC_SME-2020-1.pdf>.

CANOAS. Lei nº 5933, de 22 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Canoas: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-canoas-rs>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CARVALHO, Letícia Mayara da Silva *et al.* Perspectivas do ensino de ciências na visão do professor no ensino fundamental. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 5., 2018, Catalão. **Anais** [...]. Campina Grande: Editora Realize, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CINTHIA. Antônio Nôvoa: aprendizagem não é saber muito. **Carta Capital**, 24 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/antonio-novoa-aprendizagem-nao-e-saber-muito/>>.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso, 2010.

DEMO, Pedro. Por uma escola pública de qualidade. **Revista Aprendizagem**, v. 3, p. 20-21, 2009.

DESEN, Maria Auxiliadora; **POLONIA**, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCsTNbWg8JNGRcV9pN/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

D'MASCHIO, Ana Luísa. Inverter o planejamento de aula torna os objetivos de aprendizagem mais claros. **Porvir – Inovações em educação**, 27 jul. 2022. Disponível em: <<https://porvir.org/inverter-o-planejamento-de-aula-torna-os-objetivos-de-aprendizagem-mais-claros/>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DORO, Daiane da Silva. **A educação na pandemia da covid19**: a busca ativa como estratégia para amenizar o impacto da pandemia na evasão escolar na rede municipal de São Leopoldo. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização de Gestão Pública Municipal) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27798>>. Acesso em: 9 set. 2023.

DOS ANJOS, Isaias Belo; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Evasão e Repetências Escolares: Desafios de consequências Sociais Imprevisíveis. **Id On Line**, v. 14, n. 51, p. 895-907, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/ideonline.v14i51.2640>. Acesso em: 16 ago. 2023.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 88, p. 153-170, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ZqWdPJC GT5C6QnCWp6pFQLf>. Acesso em: 18 ago. 2023

EDUCAÇÃO EM FOCO. Desafios rumo ao acesso e à educação de qualidade. **Observatório da Indústria**, n. 1, jul. 2023. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/wp-content/uploads/2024/10/Educacao_em_Foco - Julho_2023.pdf.

ESPÍRITO SANTO, Lucimar do. **Família e fracasso escolar**: algumas aproximações. 2014. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Departamento de Pedagogia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini; SILVA, João Carlos da. Escola pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica. **Dia a Dia Educação**, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>. Acesso em: out. 2023.

FRACASSO. In: DICIONÁRIO Online de Português. Matosinhos: 7Graus, [2009]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fracasso/>.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 989-1014, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300017>. Acesso em: ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014 [1992].

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Sobre a Busca Ativa Escolar**. Brasília: UNICEF, [2023]. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/>.

_____. **Panorama da distorção idade-série no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2018.

GARCIA JUNIOR, Emilson Ferreira; MEDEIROS, Shara; AUGUSTA, Camila. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação. **Temática**, v. 13, n. 7, p. 138-150. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/35383>.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZÉBIO FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos sobre Educação**, v. 4, n. 2, p.39-48, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HARMAN, Grant. Conceptual and theoretical issues. In: HOUGH, J. H. (org.). **Educational policy**: an international survey. Londres: Croom Helm, 1984. p. 13-27.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Acelera Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenner.org.br/o-que-fazemos/disseminacao-escala/acelera-brasil/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama – Porto Alegre/RS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Série Relatórios Metodológicos, vol. 41. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/metodologia_censo_dem_2010.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Taxas de Distorção Idade-série**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>>.

_____. **Taxas de Distorção Idade-série**. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LARA, Maurício Andrade de. **Levantamento dos grupos de pesquisa com linhas de pesquisa em qualidade de vida no trabalho**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2019.

LEAL, Maria Mônica Sousa; FORTE, Joannes Paulus Silva. Evasão escolar dentro do contexto pandêmico sob a desnaturalização e o estranhamento: um exercício de

imaginação sociológica na escola de ensino médio (EEM) Dr. João Ribeiro Ramos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA*, 7., 2021, online. **Anais** [...]. Campina Grande: Editora Realize, 2021.

LEMES, Phablo Fernandes Paula. O papel do professor de referência nas unidades escolares de Uberaba: uma análise abrangente. *In: Castro, Paula A. de; Souza, Izabel C. de (org.). Políticas Públicas de Educação*. Campina Grande: Realize eventos, 2024. v. 3.

LIMA, Elvira Souza. **Ciclo de formação**: uma reorganização do tempo escolar. São Paulo: GEDH, 2016. Disponível em: <http://elvirasouzalima.blogspot.com/2016/09/elvira-souza-lima-ciclos-de-formacao.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LIRA, Eliana Sandri; ENRICONE, Jacqueline Raquel Bianchi. Relação entre vínculos escolares e desempenho na aprendizagem: um estudo com alunos de 5^a série do ensino fundamental. **Perspectiva**, v. 35, n. 132, p. 65-80, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. *In: ANDREOTTI, A. L. et al. (org.). História da administração escolar no Brasil*. Campinas: Ed. Alínea, 2012. cap 1.

MAINARDES, J. Ciclos de formação. *In: OLIVEIRA, D. A. et al. Dicionário de trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MARAFELLI, Cecilia Maria. **Efeito-Professor?** Um estudo sobre perfis docentes nos setores público e privado. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES, Jéssica Rosa. **A concepção dos professores sobre o fracasso escolar**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13497/1/2014_JessicaRosaMarques.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

MARTINS, Fábio Batista. **A distorção idade-série em uma escola estadual do Município de Tabatinga-AM**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://mestrado.caedufif.net/a-distorcao-idade-serie-em-uma-escola-estadual-do-municipio-de-tabatinga-am/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MELO, André Chaves. Os rumos do ensino brasileiro. **Jornal da USP**, ano. XVIII, n. 619, 2008. Disponível em: <http://usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp619/pag12.htm>.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044-

1066, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143988>>. Acesso em: 3 out. 2023.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete correção de fluxo escolar. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/correcao-de-fluxo-escolar/>>. Acesso em: 26 jul. 23.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MORAN, José. **Metodologias ativas de bolso**: como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda. São Paulo: Ed. Brasil, 2019.

NOVO HAMBURGO. **Programa de Aceleração das Aprendizagens**. Novo Hamburgo: Prefeitura de Novo Hamburgo, 2022. Disponível em: <<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/smed/municipais/programa-aceleracao-aprendizagens>>. Acesso em 20 ago. 2024.

NOVO HAMBURGO. **Parecer CME/NH nº 28/2021**. Responde consulta da Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo, sobre o Programa de Aceleração da Aprendizagem. Novo Hamburgo: Conselho Municipal de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.novohamburgo.rs.gov.br/sites/pmnh/files/conselho_doc/2022/28_Parecer%202028_2021_SMED%20Programa%20Acelera%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

..... **Plano Municipal de Educação de Novo Hamburgo (2015-2025)**. Novo Hamburgo: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: <https://www.novohamburgo.rs.gov.br/sites/pmnh/files/secretaria_doc/2021/Plano%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20NH%202015_2025%20%281%29.pdf>.

..... **Prefeitura do Novo Hamburgo**: cuidando da nossa gente. Novo Hamburgo: Prefeitura de Novo Hamburgo, [2025]. Disponível em: <<https://www.novohamburgo.rs.gov.br>>. Acesso em 20 jun. 2025.

NÓVOA, António. António Nóvoa: professores para libertar o futuro. [Entrevista cedida a Paulo de Camargo]. **Revista Educação**, ed. 295, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/07/28/antonio-novoa-professores-futuro/>

NÓVOA, António; ALVIM, Yara. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022. 116p. Disponível em: <<https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2022/02/antonio-novoa-livro-em-versao-digital-fevereiro-2022.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. **A pedagogia do sucesso**: uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a repetência. 6. ed. São Paulo: Saraiva, Instituto Ayrton Senna, 2002.

OYARZABAL, Graziela Macuglia. Escola por ciclos: a proposta da rede municipal de Porto Alegre/RS. **Rexe – Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, v. 1, n. 1, p. 161-175, 2007.

PARENTE, Marta Maria de Alencar. LÜCK, Heloísa. **Mecanismos e experiências de correção de fluxo escolar no ensino fundamental**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Texto para discussão n. 1032, jul. 2004. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1032.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

PARO, Vitor Henrique. Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 695-716, set.-dez., 2011.

_____. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Situação e perspectivas da administração da educação brasileira: uma contribuição. In: Paro, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2016. p. 115-121.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ANDRÉ, Marli E. D. Afonso de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Estudo avaliativo das classes de aceleração na rede estadual paulista. **Cadernos de Pesquisa**, n. 108, p. 49-79, nov. 1999.

PORTELLA, Alysson Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público. **Nova Economia**, v. 27, n. 3, p. 477-509, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/tSsm5bXV3KNmvhC9tRNJv4h/#>. Acesso em: nov. 2023.

PORTO ALEGRE. **Ciclos de formação**: proposta político-pedagógica da escola cidadã. 3. ed. Organização e produção textual de Silvio Rocha. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, [1998]. (Série Cadernos Pedagógicos, v. 9). Disponível em: <https://bibliotecasmed.files.wordpress.com/2013/06/cadernos-pedagc3b3gicos-nc3bamero-9.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PROGRAMA busca corrigir distorção idade-série dos Anos Finais do Ensino Fundamental. **Secretaria Estadual de Educação**, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/programa-busca-corrigir-distorcao-idade-serie-dos-anos-finais-do-ensino-fundamental>.

PROMETA 2021-2024 é apresentado à comunidade. **Prefeitura de Porto Alegre**, 18, maio, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/prometa-2021-2024-e-apresentado-comunidade>. Acesso em: 2 set. 2024.

PROVA BRASIL: o que é e como se tornou o novo Saeb. **Todos pela Educação**, 6 jul. 2018. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-voce-sabe-o-que-e-a-prova-brasil/>>.

RIBEIRO, Priscila Teixeira. **Fracasso escolar**: reflexões sobre um problema que se repõe e possibilidades de enfrentamento. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. 2013. Disponível em: <http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/17092013_145759_priscila.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 12, p. 7-21, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/JyfPSdxSCrxKHxV6H3whNNz/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

RIBEIRO, Shirlene. Relação trabalho-escola: uma discussão sobre o papel social da escola na atualidade e perspectivas futuras. **Educação & Tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 38-42, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/8>>. Acesso em 28 dez. 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodología de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 24, p. 7-16, 2008.

SEQUEIRA, Débora de Oliveira; RODRIGUES, Gabriela (org.). **Diretrizes do Programa de Correção de Fluxo Escolar de Porto Alegre** [recurso eletrônico] Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 2024. 22p.

SPOSATI, Aldaíza. Educação, um caminho rumo à inclusão social. **Giz**, v. 5, n. 11, p. 4-5, mar. 1999.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero. **Revista Brasileira de Educação**, n. 1, p. 27-49, março, 1995.

TRAVI, Marilene Gonzaga Gomes; MENEGOTTO, Lisiâne Machado de Oliveira; SANTOS, Geraldine Alves dos. A escola contemporânea diante do fracasso escolar. **Rev. Psicopedagogia**, v. 26, n. 81, p. 425-34, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v26n81/v26n81a10.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2023.

VIANA, Maria José Braga. A relação com o saber, com o aprender e com a escola: uma abordagem em termos de processos epistêmicos. **Paidéia**, v. 12, n. 24, p. 175-183, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/46655/50411>>.